

ETERNIT S.A.
(Em Recuperação Judicial)

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

ETERNIT S.A.
(Em recuperação judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Índice

Relatório da administração	2
Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações do resultado	17
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos valores adicionados	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
Relatório anual do comitê de auditoria não estatutário 2023	102
Conselho de administração, diretoria e contador	116
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	117
Parecer do conselho fiscal	123
Parecer do comitê de auditoria	124



Relatório da Administração

2023



Sumário

Aviso aos Acionistas	1
Mensagem da Administração.....	1
Desempenho Operacional.....	2
Segmento Fibrocimento.....	2
Segmento Mineral Crisotila	3
Segmento Telhas de Concreto	3
Desempenho Financeiro Consolidado	4
Receita Líquida	4
Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos.....	4
Lucro Bruto	5
Despesas Gerais e Administrativas	6
Outras (Receitas)/Despesas Operacionais	6
EBITDA.....	6
Resultado Financeiro	7
Lucro Líquido	7
Caixa Líquido e Endividamento	8
Dívida Concursal.....	8
Recuperação Judicial.....	9
Projetos Estratégicos.....	10
Mercado de Capitais.....	11
Eventos Subsequentes.....	11
Audidores Independentes	12
Declaração da Diretoria.....	12
Agradecimentos.....	12



Aviso aos Acionistas

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado ao contrário, são apresentadas em milhares de reais, com base em números consolidados, elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, notadamente a Lei n. 6.404/76 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Mensagem da Administração

A Eternit encerrou o ano de 2023 registrando um Lucro Líquido de R\$ 127 milhões, contabilizados IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade.

O resultado operacional da Companhia em 2023 foi construído em um cenário de retração de vendas da indústria de materiais de construção, cujo faturamento acumulado em 2023 recuou 2,0%, segundo indicador da ABRAMAT. No segmento de fibrocimento, *core business* da Companhia, as vendas de telhas totalizaram 618 mil toneladas em 2023, recuo de 5% frente ao volume vendido em 2022. Por outro lado, as vendas de sistemas construtivos apresentaram um expressivo crescimento de 18% no ano, evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

No segmento de fibra de crisotila, as exportações em 2023 totalizaram 189 mil toneladas, queda de 3% quando comparado com o volume exportado em 2022, em função de restrição na disponibilidade de produto decorrente da parada programada para manutenção em abril e do impacto das chuvas em dezembro.

Diante deste cenário, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,1 bilhão, inferior em 5% ao valor apurado em 2022. O EBITDA Recorrente somou R\$ 118 milhões, recuo de 37% em relação ao exercício passado.

O 4T23 foi marcado por um evento importante e histórico para a Companhia: após quase 50 anos, a Eternit partiu uma nova fábrica de fibrocimento, em Caucaia-CE, a mais moderna e sustentável do Grupo. A nova unidade industrial iniciou a operação assistida no mês de dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado. Com capacidade inicial de 78 mil t/a e investimento de R\$ 187 milhões, já integralmente desembolsado, a nova unidade fortalecerá a posição do Grupo Eternit no mercado da região nordeste do País.

Com relação a Recuperação Judicial, a Companhia protocolizou em 18/10/23 petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado em 30/05/2019 exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais da Classe I. Adicionalmente, a Companhia também solicitou que, com a homologação do Primeiro Aditamento ao Plano, seja, na mesma decisão, decretado o encerramento da Recuperação Judicial. Não obstante, em 21/11/2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento. Assim, a Eternit se mantém otimista no êxito de suas solicitações junto ao juiz da causa, inclusive, com o encerramento da Recuperação Judicial.

Por fim, no ano de 2023 a Companhia declarou R\$ 21 milhões a título de JCP, referentes aos resultados apurados neste exercício, representando um *payout* bruto de 51% e uma remuneração bruta de R\$ 0,34/por ação.

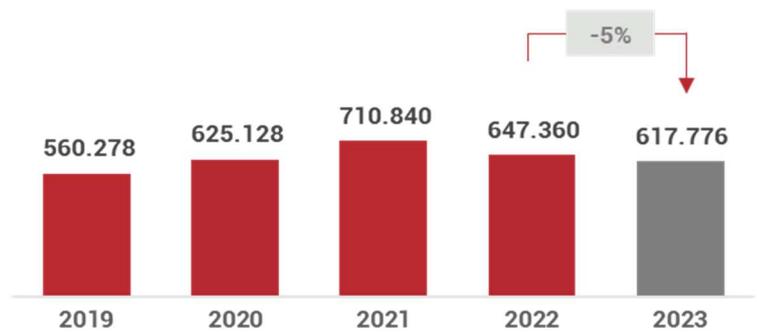
Desempenho Operacional

Segmento Fibrocimento

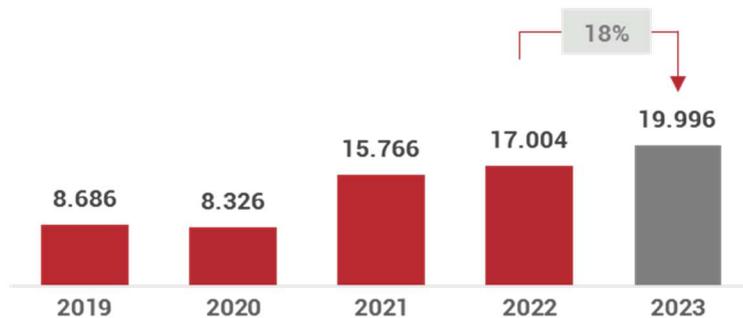
Em função do arrefecimento na demanda do setor de materiais de construção, as vendas de telhas de fibrocimento somaram **618 mil toneladas em 2023**, recuo de 5% frente ao volume vendido no ano de 2022.

Merece destaque o crescimento de 2 p.p. no *market share* da Eternit no 1S23, último dado disponível, estimado com base no volume de venda de cimento para o segmento de fibrocimento reportado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento – SNIC.

Vendas Telha de Fibrocimento (t)



Vendas de Sistemas Construtivos (t)



Em 2023, as vendas de sistemas construtivos, que contempla placas e painéis cimentícios, totalizaram **20 mil toneladas, crescimento de 18%** em relação ao volume comercializado em 2022.

Nos últimos três anos, o segmento acumula um crescimento médio de 33% a.a., evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

A elevação da capacidade instalada da Companhia, incluindo a aquisição da Confibra, e a retração da demanda na indústria de materiais de construção proporcionaram um nível de ocupação da capacidade produtiva em torno de 60%, elevando o custo fixo unitário em 26% e, por consequência, impactando a **margem bruta** do segmento de fibrocimento, que recuou 6 p.p, registrando **19%** em 2023.

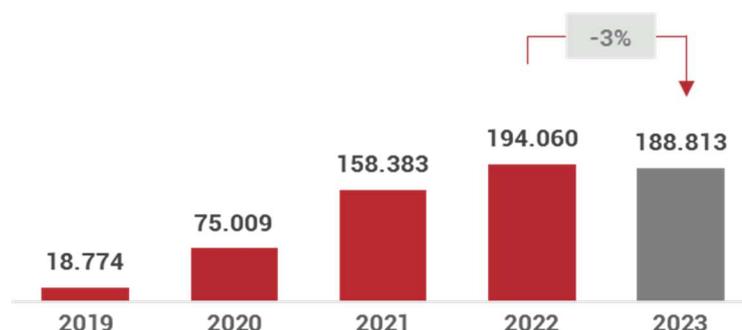
Fibrocimento - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	421.681	519.989	837.049	781.140	743.462	(4,8)
Lucro bruto	71.107	143.302	326.099	198.824	139.123	(30,0)
Margem bruta	17%	28%	39%	25%	19%	- 6 p.p.

Segmento Mineral Crisotila

As exportações de fibra crisotila somaram **189 mil toneladas**, declínio de 3% frente o volume exportado em 2022. O recuo se deve a uma menor disponibilidade de produto, consequência da parada programada para manutenção da unidade industrial em abril e do impacto das chuvas em dezembro, que afetaram o nível de produção.

Toda produção da fibra crisotila é destinada exclusivamente ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

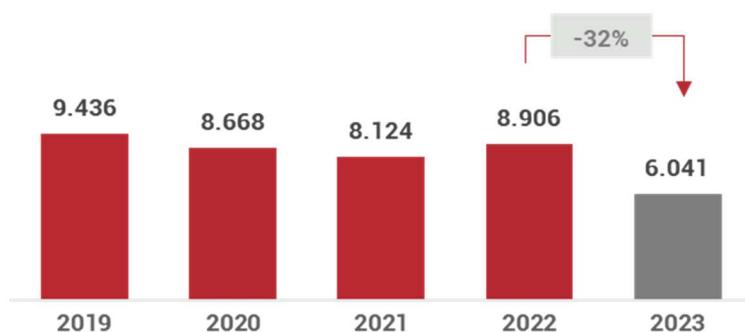
Vendas Mineral Crisotila (t)



Em 2023, a operação da SAMA aumentou o volume de movimentação de estéril ("recorrência") visando a manutenção da capacidade produtiva da mina, incorrendo um adicional de custo de cerca de R\$ 9,5 milhões, frente ao valor de 2022. Como consequência, a **margem bruta** atingiu **43%** em 2023, um recuo de 5 p.p. frente a 2022.

Mineral Crisotila - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	26.306	133.698	268.738	373.160	364.246	(2,4)
Lucro bruto	507	94.566	165.649	178.391	155.218	(13,0)
Margem bruta	2%	71%	62%	48%	43%	- 5 p.p.

Vendas Telhas de Concreto (mil peças)



Segmento Telhas de Concreto

Em 2023, as vendas de telhas de concreto totalizaram **6 milhões** de peças, recuo de 32% frente ao volume de vendas apurado em 2022.

Por outro lado, a **margem bruta** alcançou 19%, avanço de 8 p.p em relação a 2022. O crescimento da margem se deve à elevação do preço médio (+25%) e redução dos custos fixos desembolsáveis (-11%).

Telhas de Concreto - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	16.104	15.315	16.719	21.725	18.768	(13,6)
Lucro bruto	1.315	1.317	3.000	2.425	3.522	45,2
Margem bruta	8%	9%	18%	11%	19%	8 p.p.

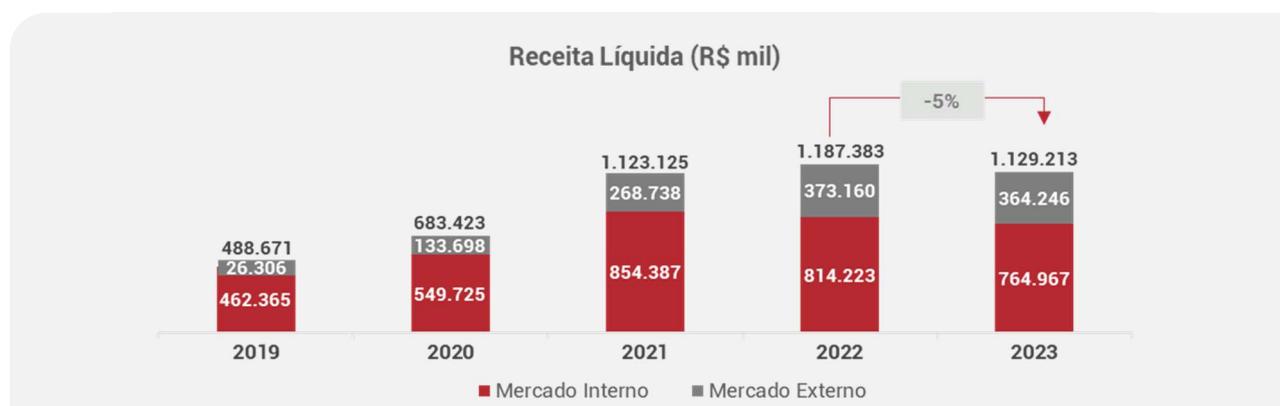
Desempenho Financeiro Consolidado

Receita Líquida

A receita líquida atingiu **R\$ 1,1 bilhão em 2023**, registrando um recuo de 5% frente ao resultado de 2022.

O arrefecimento na demanda da indústria de materiais de construção fez com a receita líquida no segmento de fibrocimento recuasse 6%, totalizando **R\$ 765 milhões** em 2023.

Com relação ao mercado externo, as exportações de fibra crisotila somaram uma receita líquida de **R\$ 364 milhões** em 2023, retração de 2% quando comparado a 2022. O recuo se deveu ao pagamento da contribuição ao FUNDEINFRA, taxa instituída pelo Governo de Goiás em 2023 que impactou a receita líquida em R\$ 7,5 milhões, e à limitação na disponibilidade de produto pelas questões operacionais.

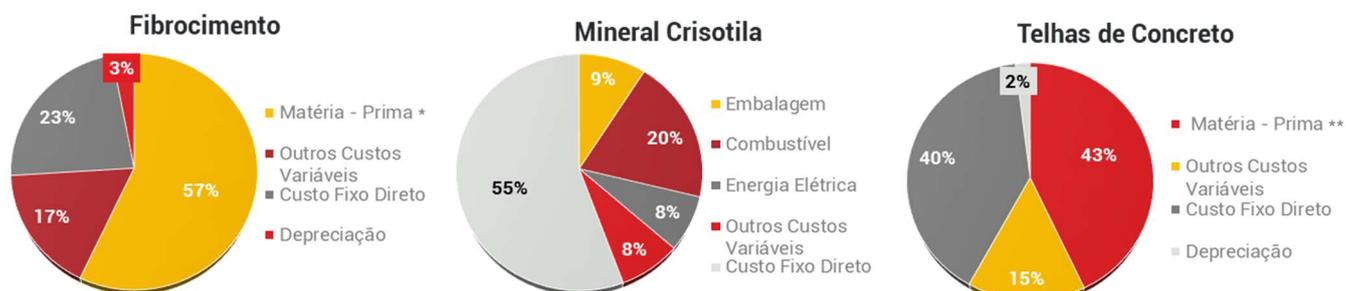


Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos

No exercício de 2023, os custos dos produtos e mercadorias vendidos (CPV) somaram **R\$ 838 milhões**, representando 74% da receita líquida, um crescimento de 5 p.p. frente ao ano de 2022. Esse aumento se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) no segmento de fibrocimento, baixa ocupação da capacidade instalada, ampliando a relevância dos custos fixos na apuração da margem bruta; e (ii) no segmento crisotila, aumento dos gastos com movimentação de estéril ("recorrência").

Consolidado - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita líquida	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	1.129.213	(4,9)
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(420.101)	(456.079)	(632.075)	(815.442)	(838.412)	2,8
Lucro bruto	68.570	227.344	491.050	371.941	290.801	(21,8)
Margem bruta	14%	33%	44%	31%	26%	- 5 p.p.

Composição dos Custos de Produção – 2023

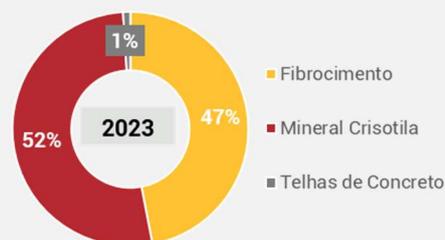


*Matéria-prima - Fibrocimento: 45% cimento; 33% resina de PP; 16% celulose e 6% calcário;

** Matéria-prima - Telhas de Concreto: 46% cimento; 22% areia e 32% outros;

Lucro Bruto

Em 2023, o lucro bruto somou **R\$ 291 milhões**, retração de 22% quando comparado com o mesmo período de 2022, reflexo de: (i) menor ocupação da capacidade instalada no segmento de fibrocimento; (ii) taxaço da receita de exportação da SAMA (FUNDEINFRA); (iii) aumento dos gastos com movimentação de estéril na extração de crisotila.



Despesas com Vendas

As despesas com vendas somaram **R\$ 115 milhões** em 2023, crescimento de R\$ 6,8 milhões (+6%) frente a 2022, influenciada principalmente, pela constituição atípica de PECLD na carteira de recebíveis de exportação contabilizada no 2T23, com valor acumulado de R\$ 7,8 milhões no ano.

Consolidado – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receita Líquida	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	1.129.213	(4,9)
Despesas com vendas	50.698	60.499	94.141	108.640	115.423	6,2
% da Receita Líquida	10%	9%	8%	9%	10%	1 p.p.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram **R\$ 97 milhões**, apresentando uma redução de R\$ 6 milhões (-5,7%), frente a uma inflação de 4,46% no período (IPCA), refletindo, sobretudo, uma redução na contratação de serviços de terceiros e reversão de provisão constituída relativa ao benefício pós-emprego concedido a ex-colaboradores.

Outras (Receitas)/Despesas Operacionais

As outras (receitas)/despesas operacionais resultaram, em 2023, em uma despesa de **R\$ 3,7 milhões**, frente a uma receita de R\$ 16 milhões apurada em 2022. Cabe lembrar que a receita apurada em 2022 foi beneficiada pela venda de ativo imobilizado não operacional, que registrou uma receita não recorrente de R\$ 14,5 milhões, e pela contabilização de créditos extemporâneos no montante de R\$ 5 milhões.

Consolidado - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Despesas com vendas	50.698	60.499	94.141	108.640	115.423	6,2
Despesas gerais e administrativas ⁽¹⁾	69.174	82.320	96.855	102.647	96.763	(5,7)
Outras (receitas) despesas operacionais	(77.937)	(104.089)	(45.595)	(15.950)	3.719	-
Total das despesas operacionais	41.935	38.730	145.401	195.337	215.905	10,5

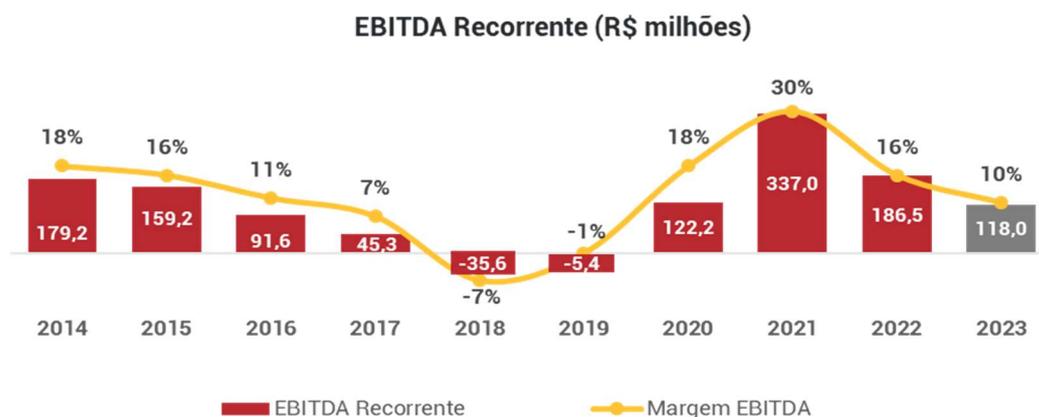
(1) Contempla remuneração da Administração

EBITDA

O EBITDA Recorrente¹, que mensura o resultado operacional da Companhia desconsiderando os eventos não recorrentes, totalizou **R\$ 118 milhões** no encerramento de 2023, recuo de 37% quando comparado com o valor registrado em 2022.

O EBITDA Recorrente foi impactado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução do resultado do segmento de fibrocimento decorrente da baixa ocupação da capacidade instalada; (ii) redução do resultado das exportações da fibra crisotila pela elevação dos gastos com recorrência e instituição da contribuição ao FUNDEINFRA pelo estado de Goiás; e (iii) constituição atípica de PECLD na carteira de recebíveis de exportação contabilizada no 2T23.

Assim, a margem EBITDA recorrente atingiu 10%, retração de 6 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.



Resultado Financeiro

No encerramento de 2023, o resultado financeiro líquido gerou uma despesa de **R\$ 12 milhões**, crescimento de 3% em relação ao valor apurado 2022. A elevação da despesa financeira foi consequência dos seguintes fatores: (i) redução de disponibilidade de caixa em aplicações financeiras; e (ii) juros referentes a antecipações de recebíveis de exportação (ACE) e do financiamento bancário de longo prazo, ambas as dívidas contratadas para fazer frente ao projeto da nova fábrica de fibrocimento em Caucaia-CE. Cabe destacar ainda, a redução da variação cambial sobre os recebíveis em moeda estrangeira em R\$ 12,8 milhões, fruto da aplicação da política de hedge, que utiliza trava cambial como instrumento de proteção.

Consolidado - R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Receitas financeiras	(26)	(528)	(9.261)	14.894	4.457	(70,1)
Aplicação Financeira	(26)	(528)	(9.261)	14.894	4.457	(70,1)
Despesas Financeiras	10.501	6.513	4.207	(3.935)	(10.456)	165,7
Juros da Dívida Concursal	5.731	4.431	4.207	(2.380)	(2.152)	(9,6)
Juros de Financiamento	4.770	2.082	-	(1.555)	(8.304)	-
Outras ⁽¹⁾	(18.245)	(11.825)	3.989	(9.498)	(5.722)	(39,8)
Líquido de variações cambiais	731	804	(310)	(13.061)	(213)	(98,4)
Resultado financeiro líquido	(7.038)	(5.037)	(1.375)	(11.600)	(11.934)	2,9

(1) Inclui despesas bancárias e juros sobre parcelamento de impostos.

Lucro Líquido

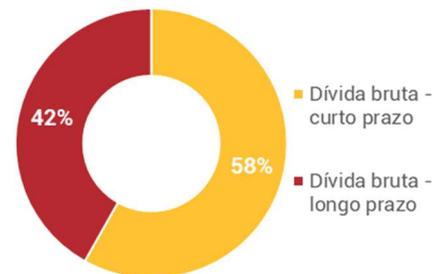
Em 2023, o Lucro Líquido, somou **R\$ 127 milhões**, contabilizados IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade.



Caixa Líquido e Endividamento

A Companhia encerrou o exercício de 2023 com endividamento líquido de R\$ 126 milhões, frente a uma posição de caixa líquida de R\$ 28 milhões registrado no encerramento de 2022. O aumento do endividamento líquido se deve às captações realizadas pela Companhia para fazer frente ao projeto da nova unidade de fibrocimento de Caucaia-CE.

No fechamento de 2023, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$ 142 milhões, sendo constituído por:



- (i) Linhas de longo prazo
 - a. Empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia (BASA), para *funding* da unidade da Eternit da Amazônia (R\$ 29,5 milhões);
 - b. Empréstimo FINAME contratado junto ao Banco Daycoval, (R\$ 33,2 milhões);
 - c. CCE contratado junto ao Banco Sofisa (R\$ 11,3 milhões).
- (ii) Adiantamento Sobre Cambiais Entregues – ACE (R\$ 68,2 milhões).

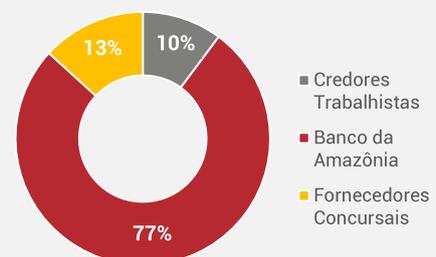
Dívida (Caixa) Líquido – R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	Var. % 2023 x 2022
Dívida bruta - curto prazo	49.812	-	3.911	26.296	82.746	214,7
Dívida bruta - longo prazo	63.762	66.388	33.485	58.295	59.551	2,2
Total da dívida bruta	113.574	66.388	37.396	84.591	142.297	68,2
(-) Disponibilidades	9.358	81.175	218.864	112.469	16.539	(85,3)
Dívida (Caixa) líquido	104.216	(14.787)	(181.468)	(27.878)	125.758	-

Dívida Concursal

No decorrer de 2023, a Companhia realizou pagamentos de aproximadamente R\$ 6,1 milhões aos credores concursais da classe II e III.

Assim, no fechamento de 2023 a dívida concursal totalizou cerca de R\$ 38,5 milhões, incluindo a parcela de US\$ 125 mil, convertida à taxa de R\$ 4,84: 1 USD, sendo:

- Credores Classe I: R\$ 3,9 milhões, referentes a novos créditos trabalhistas habilitados;
- Classe II: R\$ 29,5 milhões, relativos ao empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia, para financiamento da unidade de Manaus (amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.);
- Credores Classes III e IV: R\$ 5,1 milhões, sendo que R\$ 4,2 milhões referentes a fornecedores que não se apresentaram para recebimento.



Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros / Encargos	Pagamentos realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas - R\$ mil	6.466	-	-	7.808	-	(10.365)	3.909
Classe II - Credores com Garantia Real - R\$ mil	36.225	-	-	-	11.493	(18.195)	29.523
Classe III - Credores Quirografários	-	-	-	-	-	-	-
Opção A - R\$ mil	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.157)	3.524	(48.844)	3.481
Opção A - US\$ mil	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$ mil	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$ mil	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas - R\$ mil	4.612	-	-	-	71	(3.677)	1.006
Total em R\$ mil	239.072	(55.153)	(40.400)	6.651	18.330	(130.581)	37.919
Total em US\$ mil	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Recuperação Judicial

Em 18 de outubro de 2023, a Companhia protocolizou petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente em 30 de maio de 2019, exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais trabalhistas (Classe I).

Não obstante, em 21 de novembro de 2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, na forma do artigo 36 da LRF, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento.

Assim, para os desdobramentos e encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda a manifestação do juiz da causa sobre a petição protocolizada em 21 de novembro de 2023.

Projetos Estratégicos

Em 2023, os investimentos da Companhia totalizaram **R\$ 208 milhões**, sendo R\$ 147 milhões destinados aos projetos estratégicos da unidade *Greenfield/Ceará* (R\$ 138 milhões) e da ampliação da unidade de Manaus (R\$ 9 milhões). O saldo de R\$ 61 milhões foi destinado a investimentos em modernização e continuidade operacional das unidades.



Greenfield- Ceará

A Companhia concluiu no 4T23 o seu maior projeto dos últimos 50 anos: a nova unidade de fibrocimento em Caucaia-CE.

A nova unidade industrial iniciou a operação em dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado, um importante marco na conclusão do projeto.

Com investimento de R\$ 187 milhões, valor integralmente desembolsado, a nova fábrica tem capacidade inicial de 6,5 mil t/mês, com infraestrutura disponível para sua duplicação.

A nova unidade é a mais moderna e sustentável do Grupo, contemplando um gerador Eternit Solar, com capacidade de geração equivalente a 25% do consumo total de energia elétrica da fábrica.

A Eternit desenvolveu um exitoso convênio com o Instituto Federal do Ceará – IFCE, unidade Caucaia, visando a preparação de mão-de-obra de operação e manutenção para a nova unidade. Dessa forma, a Companhia priorizou a contratação de mão-de-obra local, reafirmando o seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que atua.



Telhas Solares

No final de 2023, foi realizado a homologação pelo Inmetro de novos modelos de telhas de concreto da Tégula Solar. Estes novos modelos apresentam melhorias significativas em seu desempenho, tornando o sistema de conexão ainda mais acessível e eficiente.



Ampliação da Unidade de fibra de Polipropileno

Todas as atividades para ampliação da capacidade da unidade de Manaus foram concluídas. A Companhia aguarda apenas a chegada dos últimos equipamentos para conclusão do projeto que, está prevista para o 1T24.

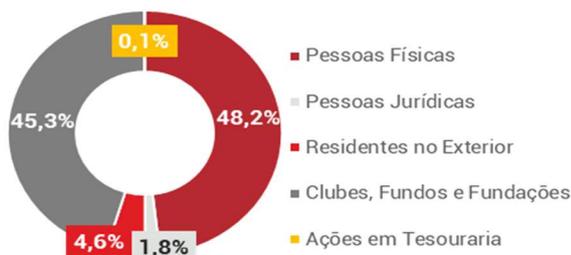
Com investimento de R\$ 24 milhões, a ampliação da unidade alcançará uma capacidade instalada de 18 mil t/ano de fibra de PP, representando um aumento de 50% na capacidade produtiva.

Mercado de Capitais

No final de 2023, as ações da Companhia negociadas sob o ticker "ETER3" registraram a cotação de R\$ 8,51, totalizando um valor de mercado da Companhia de R\$ 526 milhões, com volume médio diário de negociações (ADTV) de R\$ 3,7 milhões.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia contava com **23.776 acionistas**, sendo 48% do capital detido por pessoas físicas.

Estrutura Acionária



Desempenho da ação ETER3 - R\$



No trimestre, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação no capital social, totalizando aproximadamente 41% do total de ações.

Acesse o website de RI (ri.ternit.com.br) para mais informações.

Eventos Subsequentes

Lei Ordinária 14.789/2023

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Dessa forma, a Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Empréstimo Banco Fibra

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia tomou empréstimo junto ao Banco Fibra no valor de R\$ 16.860, com vencimento em 09/02/2028. A estrutura de juros para a dívida foi de juros fixos de 0,43% a.m., equivalente a 5,28% a.a., mais índice pós-fixado de 100% do CDI, com carência do principal de 06 meses. Os recursos captados são destinados a aquisição de caminhões da controlada Sama.

Incorporação da Confibra Indústria e Comércio Ltda

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20/02/2024, foi deliberada a incorporação da controlada integral Confibra Indústria e Comércio Ltda pela controladora Eternit S.A.

Pagamento de Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 27 de fevereiro de 2024 pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2023, no montante de R\$ 10,1 milhões, correspondente ao valor de R\$ 0,163 por ação ordinária. O pagamento de proventos aos acionistas será realizado em 27/12/2024 sem atualização monetária.

Audidores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil ("BDO") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2023, assim como das informações trimestrais de 30/09/2023, 30/06/2023 e 31/03/2023.

Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 162/22 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2023 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações contábeis.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Expressamos nossa profunda gratidão aos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e a todos aqueles que contribuíram com a Eternit ao longo do ano de 2023.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

**Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.948	3.485	16.539	112.469	Fornecedores	14	28.450	27.769	75.981	65.116
Contas a receber	4	58.705	68.499	179.857	227.705	Empréstimos e financiamentos	15	9.528	2.247	82.746	26.296
Estoques	5	83.301	114.237	168.259	209.822	Partes relacionadas	9	32.221	48.016	-	-
Tributos a recuperar	6	24.985	26.003	140.904	107.735	Obrigações com pessoal	16	19.878	20.631	31.852	29.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21. (ii)	1.850	-	1.850	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20. (iv)	24.845	17.737	24.881	17.763
Partes relacionadas	9	256.195	261.101	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	11.126	16.455	20.730	30.722
Adiantamento a fornecedores		2.433	1.901	27.187	39.427	Provisão para benefício pós-emprego	32	3.227	3.191	6.927	6.947
Outros ativos circulantes		16.138	4.695	33.439	17.149	Obrigações de arrendamento	13	-	-	3.607	3.607
		<u>447.555</u>	<u>479.921</u>	<u>568.035</u>	<u>714.307</u>	Outros passivos circulantes	18	21.758	60.985	49.559	104.233
								<u>151.033</u>	<u>197.031</u>	<u>296.283</u>	<u>284.164</u>
Ativos mantidos para a venda	10	-	-	-	1.023						
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		8.294	8.480	12.778	12.879	Empréstimos e financiamentos	15	23.747	28.746	59.551	58.295
Tributos a recuperar	6	2.227	2.695	22.597	37.268	Partes relacionadas	9	22.981	26.722	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21. (ii)	77.675	-	64.712	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	2.406	6.666	14.477	22.377
Partes relacionadas	9	4.044	2.626	-	-	Obrigações com pessoal	16	5.681	6.385	5.930	6.779
Outros ativos não circulantes		139	140	1.844	1.595	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	49.716	50.656	68.817	69.914
Investimentos	8	385.609	387.951	-	-	Provisão para benefício pós-emprego	32	29.970	29.399	61.119	61.241
Ativo de direito uso	13	-	-	16.069	15.920	Provisão para desmobilização da mina	33	-	-	11.756	9.982
Imobilizado	11	167.666	164.625	535.283	355.959	Obrigações de arrendamento	13	-	-	12.627	12.340
Intangível	12	123	281	79.048	83.316	Provisão para perdas em investimentos	8	38.101	24.926	-	-
		<u>645.777</u>	<u>566.798</u>	<u>732.331</u>	<u>506.937</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21. (ii)	-	-	-	20.877
								<u>172.602</u>	<u>173.500</u>	<u>234.277</u>	<u>261.805</u>
Total do ativo		<u>1.093.332</u>	<u>1.046.719</u>	<u>1.300.366</u>	<u>1.222.267</u>	Patrimônio líquido					
						Capital social	20. (i)	438.082	438.082	438.082	438.082
						Reservas de capital		85.481	81.093	85.481	81.093
						Ações em tesouraria	20. (ii)	(590)	(174)	(590)	(174)
						Reservas de lucros		256.661	164.674	256.661	164.674
						Outros resultados abrangentes		(9.937)	(7.487)	(9.937)	(7.487)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		<u>769.697</u>	<u>676.188</u>	<u>769.697</u>	<u>676.188</u>
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	109	110
								<u>769.697</u>	<u>676.188</u>	<u>769.806</u>	<u>676.298</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.093.332</u>	<u>1.046.719</u>	<u>1.300.366</u>	<u>1.222.267</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022****(Em milhares de Reais - exceto o lucro líquido por ação)**

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	22	637.678	717.174	1.129.213	1.187.383
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	23	(520.514)	(556.799)	(838.412)	(815.442)
Lucro bruto		117.164	160.375	290.801	371.941
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(51.078)	(54.963)	(115.423)	(108.640)
Gerais e administrativas	23	(37.795)	(47.914)	(83.119)	(90.050)
Remuneração da administração	23	(11.022)	(11.148)	(13.644)	(12.597)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	24	(2.380)	(8.543)	(3.719)	15.950
Resultado da equivalência patrimonial	8	39.389	99.288	-	-
		(62.886)	(23.280)	(215.905)	(195.337)
Resultado operacional		54.278	137.095	74.896	176.604
Resultado financeiro	25	(8.427)	(8.384)	(11.934)	(11.600)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		45.851	128.711	62.962	165.004
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	21.(i)	-	(2.293)	(28.440)	(40.790)
Diferidos	21.(i)	81.330	11.184	92.699	13.499
Lucro líquido do exercício		127.181	137.602	127.221	137.713
Atribuível a:					
Acionistas controladores				127.181	137.602
Acionistas não controladores				40	111
Lucro líquido do exercício				127.221	137.713
Lucro líquido por ação					
Básico e diluído (R\$)				2,0606	2,2278

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	127.181	137.602	127.221	137.713
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(2.571)	6.812	(2.449)	12.962
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	122	6.150	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(2.449)	12.962	(2.449)	12.962
Resultado abrangente total do exercício	124.732	150.564	124.772	150.675
Atribuível a:				
Acionistas controladores			124.732	150.564
Acionistas não controladores			40	111
			124.772	150.675

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022****(Em milhares de Reais)**

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Subvenção para investimentos	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Retenção de Lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2022		438.082	(174)	69.927	8.221	8.221	59.417	-	(20.449)	563.245	110	563.355
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	137.602	-	137.602	111	137.713
Subvenção para investimentos	20.v	-	-	11.166	-	-	-	(11.166)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	6.880	6.880	75.095	(88.815)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	12.962	12.962	-	12.962
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(37.621)	-	(37.621)	(111)	(37.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		438.082	(174)	81.093	15.101	15.101	134.472	-	(7.487)	676.188	110	676.298
Saldos em 1º de janeiro de 2023		438.082	(174)	81.093	15.101	15.101	134.472	-	(7.487)	676.188	110	676.298
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	127.181	-	127.181	40	127.221
Subvenção para investimentos	20.v	-	-	4.388	-	-	-	(4.388)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	6.359	6.359	79.269	(91.987)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	(2.450)	(2.450)	-	(2.450)
Compra de ações em tesouraria		-	(416)	-	-	-	-	-	-	(416)	-	(416)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(20.735)	-	(20.735)	(41)	(20.776)
Dividendos obrigatórios declarados		-	-	-	-	-	-	(10.071)	-	(10.071)	-	(10.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		438.082	(590)	85.481	21.460	21.460	213.741	0	(9.937)	769.697	109	769.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	825.856	934.676	1.374.041	1.443.665
Outras receitas		(1.168)	(5.151)	(1.201)	13.264
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	(3.222)	(2.036)	(11.962)	(2.406)
		821.466	927.489	1.360.878	1.454.523
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(429.791)	(496.111)	(753.153)	(797.597)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(147.965)	(158.055)	(194.444)	(179.171)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	-	-	47
Outros descontos, abatimentos e doações		(1.423)	(940)	(1.541)	(1.112)
		(579.179)	(655.106)	(949.138)	(977.833)
Valor adicionado bruto		242.287	272.383	411.740	476.690
Depreciação, amortização e exaustão	23 e 24	(16.783)	(14.283)	(37.652)	(22.222)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		225.504	258.100	374.088	454.468
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	8	39.389	99.288	-	-
Receitas financeiras		6.163	2.271	53.918	70.090
Outras		(3.507)	(649)	(1.655)	1.346
		42.045	100.910	52.263	71.436
Valor adicionado total a distribuir		267.549	359.010	426.351	525.904
Pessoal:					
Remuneração direta		62.850	68.055	133.177	119.004
Benefícios		33.564	30.852	55.450	50.716
FGTS		5.342	5.069	9.623	8.293
		101.756	103.976	198.250	178.013
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(22.688)	53.529	(18.772)	84.206
Estaduais		34.153	38.903	11.168	8.586
Municipais		2.670	3.241	4.044	3.732
		14.135	95.673	(3.560)	96.524
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		14.601	10.655	66.509	81.690
Aluguéis		9.876	11.104	37.931	31.964
		24.477	21.759	104.440	113.654
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos		10.071	-	10.071	-
Juros sobre o capital próprio		20.735	37.622	20.735	37.622
Lucros retidos do período		96.375	99.980	96.375	99.980
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	40	111
		127.181	137.602	127.221	137.713
		267.549	359.010	426.351	525.904

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022****(Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		45.851	128.711	62.962	165.003
Ajustes para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(39.389)	(99.288)	-	-
Depreciação e amortização	23 e 24	16.783	14.283	37.652	22.222
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		314	2.178	1.911	1.981
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	1.820	2.036	9.878	2.406
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	369	(560)	1.967	95
Perda estimada para redução ao valor recuperável		-	-	(4.657)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(940)	(2.780)	(48)	(1.592)
Provisão para benefícios pós-emprego		(1.964)	(466)	(2.591)	(474)
Provisão para desmobilização da mina		-	-	1.774	709
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		5.688	4.588	11.723	11.642
		28.532	48.702	120.571	201.992
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		7.974	(1.872)	35.584	(52.410)
Partes relacionadas a receber		3.488	32.556	-	-
Estoques	5	30.567	2.435	39.596	8.549
Tributos a recuperar		2.402	45.002	(14.802)	10.820
Depósitos judiciais		186	(1.482)	101	(1.869)
Disponível para venda		-	-	1.023	3.822
Outros ativos		(11.975)	784	(4.299)	(4.927)
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores		587	(5.381)	8.436	7.012
Dividendos e JCP a pagar		(1.697)	-	(1.687)	-
Partes relacionadas a pagar		(19.536)	(13.257)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(7.781)	(9.710)	(12.614)	(16.749)
Obrigações com pessoal	16	(1.457)	(1.892)	1.523	(859)
Pagamento de contingências		-	-	(1.049)	-
Outros passivos		(39.227)	34.695	(54.674)	30.257
Caixa gerado pelas operações		(7.937)	130.580	117.709	185.638
Imposto de renda e contribuição social pagos		(918)	(16.902)	(32.193)	(57.187)
Caixa líquido gerado pelas operações		(8.855)	113.678	85.516	128.451
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos Declarados a receber		55.028	81.893	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(19.981)	(36.577)	(208.495)	(90.428)
Aquisição de controlada líquido do caixa na combinação de negócio		-	-	-	(137.852)
Adições aos investimentos		-	(144.363)	-	-
Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades de investimento		35.047	(99.047)	(208.495)	(228.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		1.687	29.997	406.114	109.119
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(4.999)	(282)	(353.192)	(68.204)
Dividendos e JCP pagos		(22.001)	(44.231)	(22.001)	(44.214)
Operações com arrendamento		-	-	(3.456)	(3.267)
Ações em tesouraria		(416)	-	(416)	-
Caixa líquido aplicados / (gerado) nas atividades de financiamento		(25.729)	(14.516)	27.049	(6.566)
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		463	115	(95.930)	(106.395)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	3.485	3.370	112.469	218.864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	3.948	3.485	16.539	112.469
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		463	115	(95.930)	(106.395)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) fundada em 1940 e com sede na cidade de São Paulo - SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento, além de ter atuação na industrialização e comercialização de produtos de cimento, concreto, telhas solares, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento, telhas de concreto e telhas solares) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Além disso, atua na exploração e beneficiamento de fibra mineral da variedade crisotila destinada exclusivamente ao mercado externo.

Atualmente, a Eternit possui seis parques industriais de fibrocimento em operação, sendo localizados nas cidades de Colombo - PR, Hortolândia - SP, Rio de Janeiro - RJ, Goiânia - GO, Simões Filho - BA e Caucaia - CE, além de uma planta industrial em Manaus - AM, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno (PP), tendo como principal destinação a demanda cativa das unidades de fibrocimento.

Além dos parques industriais de fibrocimento e da unidade de fibra de PP, a Companhia possui uma unidade industrial de telha de concreto e uma unidade de demonstração de telhas solares, ambas localizadas na cidade de Atibaia-SP.

Por fim, a Companhia, através de sua controlada Sama Minerações, possui uma mineradora localizada na cidade de Minaçu - GO, responsável pela exploração e beneficiamento de crisotila com vendas destinadas exclusivamente ao mercado externo.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila destinada ao mercado externo.
Tégula S.A.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios. Operação descontinuada em 2019.
Precon Goiás Industrial Ltda.	100	Direto	Anápolis/GO	Participação em empresas industriais e comerciais.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100	Direto	São Paulo/SP	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Confibra Indústria e Comércio Ltda	100	Direto	Hortolândia/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Engedis Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. "CSC"	100	Direto	Caucaia/CE	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.
Tégula Solar S/A.	100	Indireto	Atibaia/SP	

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 26.

1.1. Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O Plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciaram os prazos para cumprimento do respectivo plano que contempla quatro classes, à saber:

A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias:

- (i) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de cinco salários-mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano;
- (ii) Demais valores até o limite de R\$ 250 mil serão pagos integralmente em até 12 meses;
- (iii) Saldos excedendo R\$ 250 mil serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.

Após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 mil e o saldo remanescente acima de R\$ 250 mil após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da controladora Eternit).

Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP.

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital aos credores da Classe I, então depositados em juízo.

Todavia, os credores retardatários da Classe I com valores acima de R\$ 250 mil vêm sendo pagos em dinheiro nos termos do acórdão do TJSP (Agravo de Instrumento nº 2140739-28.2019.8.26.0000), com o objetivo de manter as obrigações concursais em dia, sem quaisquer alegações de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial pela Companhia. De todo modo, a Companhia ressalva todos os seus direitos e pretensões levadas ao STJ, no bojo do Recurso Especial nº 1899316/SP, ora em fase de julgamento de agravo interno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Assim, o pagamento de tais credores trabalhistas não significa qualquer tipo de renúncia com relação às pretensões levadas ao STJ. Fato é que a Companhia se mantém confiante de que o entendimento do TJSP será reformado pela turma julgadora do STJ, permitindo-se o cumprimento do Plano conforme as condições atinentes à Classe I que foram aprovadas pelos credores, condições estas que são economicamente viáveis e compatíveis com a sua estrutura financeira e de geração de caixa da Companhia.

Nesse sentido, para que a forma de pagamento seja condizente com a capacidade financeira do Grupo Eternit, em 18 de outubro de 2023, a Companhia e sociedades sob o seu controle, que integram o polo ativo do Processo de Recuperação Judicial, apresentou petição ao juiz do Plano de Recuperação Judicial, solicitando a homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado em 30 de maio de 2019, exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais da Classe I.

O Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial está suportado pela aprovação, por adesão, de credores concursais que representam a maioria dos credores que integram a Classe I do quadro de credores na presente data, além de representarem, também, a maioria dos créditos concursais dessa mesma classe.

Adicionalmente, em 21 de novembro de 2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação da Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, na forma do artigo 36 da LRF, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento, pedido que pende de decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da Classe I totalizou R\$ 3.909.

A Classe II de credores contempla apenas um credor com garantia real, cujo pagamento teve carência de 12 meses a contar da data de homologação do Plano e com a incidência de juros de 7% a.a. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais (restando 90 parcelas até 31/12/23). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, o saldo da Classe II totalizou R\$ 29.523.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe III é composta pelos credores quirografários que deverão receber o pagamento inicial de R\$ 3 mil, limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

- (i) **Opção A:** limitado a R\$ 50 milhões por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e da Parcela A. A primeira corresponde a 15% do saldo e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representa 85% do saldo e será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação dos ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A);
- (ii) **Opção B:** pagamento com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários limitado, após o deságio, a R\$ 50 milhões, pago através da Tranche B e da Parcela B. A primeira, representa 27% do saldo após deságio e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga numa parcela única no 102º mês a partir da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no Plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração do pagamento será procedida a alienação do ativo imobilizado da UPI Louças Sanitárias (“CSC”).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50 milhões, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela controladora, com carência de 102 meses e vencimento “bullet” em 120 meses após o término da carência e o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Todavia, após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$ 50 milhões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Com a liquidação dos credores das Opções A e B incorrida em 2021, decorrente da alienação do ativo de Louças Sanitárias, em 31 de dezembro de 2023, o saldo da Classe III totalizou R\$ 3.481 e US\$ 125, sendo a maior parte composta de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não está sendo mais corrigida.

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que deverão receber o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 mil por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente, limitado ao montante de R\$ 250 mil, será pago em até 18 meses a partir da data de homologação com a correção de 100% do CDI. Todavia, os pagamentos aos credores concursais da Classe IV foram concluídos, de forma antecipada.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da Classe IV totalizou R\$ 1.006, reflexo de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não está sendo mais corrigida.

O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2023. Desde a homologação do Plano de Recuperação Judicial, foram realizados pagamentos nos montantes de R\$ 130.581 e US\$ 1.247, destes um valor correspondente a R\$ 40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial nos montantes de R\$ 55.153 e de US\$ 763.

A movimentação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia pode ser visualizada no quadro abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros/ Encargos	Pagtos. Realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	7.808	-	(10.365)	3.909
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	-	-	11.493	(18.195)	29.523
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.157)	3.524	(48.844)	3.481
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	-	-	71	(3.677)	1.006
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	6.651	18.330	(130.581)	37.919
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Dessa forma, a dívida concursal em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 36.781 e US\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 606 (R\$ 4,8413: 1 US\$), tendo 79% de sua dívida concursal atrelada ao Banco da Amazônia (Classe II), com amortização mensal (restando 90 parcelas) e juros pré-fixados de 7% a.a.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores e a petição de solicitação e homologação do Primeiro aditamento ao Plano e Recuperação Judicial foram disponibilizadas no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br).

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas da recuperação judicial e da questão jurídica do mineral crisotila no Brasil, possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) Recuperação judicial

A recuperação judicial continua em curso e faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, através de modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações judiciais e possíveis execuções que possam recair sobre a Companhia.

Em 18 de outubro de 2023, a Companhia protocolizou petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente em 30 de maio de 2019, exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais trabalhistas (Classe I).

Não obstante, em 21 de novembro de 2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, na forma do artigo 36 da LRF, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento.

Assim, para os desdobramentos e encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda a manifestação do juiz da causa sobre a petição protocolizada em 21 de novembro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

b) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada, por maioria de votos, a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017, o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas Sama (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando através da utilização da fibra sintética de polipropileno (PP) produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a fibra crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional, direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração, opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Em relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral em seu processo produtivo, teve a sua unidade fabril descontinuada em função da proibição do uso do mineral crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Nesse sentido, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade produtiva destas unidades e pela alienação do seu terreno.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6.200) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a referida lei goiana.

Em junho de 2023, as ADIs nº 3.406 e nº 3.470, ajuizadas pela CNTI, mencionadas acima, transitaram em julgado, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal 9055/95, com efeitos nacionais, o que em nada impacta nas atividades de exportação da Sama, uma vez que as mesmas estão amparadas pela Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

Ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas.

2.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Alterações/Aprimoramentos</u>
Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros	Esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023 Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las
Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis	(i) Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação Esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais (ii) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two Esclarecimento das alterações que introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two.
Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro; Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	Esclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo efeito nas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela CVM.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards- "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Todavia, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;
- (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram recomendadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 27 de fevereiro de 2024.

2.6. Práticas contábeis materiais

Na aplicação das práticas contábeis materiais do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.6.1. Política contábil geral

a) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% limitada a 20% do capital social e dos incentivos fiscais, conforme a Lei das Sociedades Anônimas.

Adicionalmente, a Companhia, poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas de 5% limitada a 10% do capital social, além das reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido e são imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme legislação vigente.

As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas à saber:

3. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras, são representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	3.948	3.485	11.131	36.852
Aplicações financeiras (i)	-	-	5.408	75.617
	3.948	3.485	16.539	112.469

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras automáticas foram remuneradas pela taxa de 11,10% a.a. (5,27% a.a. em 31 de dezembro de 2022), já as aplicações em CDB foram remuneradas pela taxa média de 104,00% do CDI (103,39% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber

Política contábil

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem. As garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, também é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	62.828	70.888	80.520	98.024
Mercado externo (i) e (ii)	-	-	112.013	132.565
	62.828	70.888	192.533	230.589
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (iii)	(4.123)	(2.389)	(12.676)	(2.884)
	58.705	68.499	179.857	227.705

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Exportações da fibra mineral da variedade crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019.
- (ii) Possui a contratação de instrumentos financeiros não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira da carteira de recebíveis preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria.
- (iii) Do valor registrado no consolidado, R\$ 7.514 se referem a inadimplência de dois clientes pontuais da controlada Sama, cujo já foram acionados judicialmente pela Companhia.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer:				
Até 1 ano	53.727	62.924	168.881	189.809
Valores vencidos:				
Até 90 dias	4.376	4.784	9.438	35.346
Entre 91 e 180 dias	617	727	908	2.733
Entre 181 e 360 dias	1.096	1.116	2.897	1.194
Acima de 360 dias	3.012	1.337	10.409	1.507
	62.828	70.888	192.533	230.589
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.123)	(2.389)	(12.676)	(2.884)
	58.705	68.499	179.857	227.705

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(2.389)	(650)	(2.884)	(1.179)
Adições	(4.889)	(2.883)	(17.520)	(4.202)
Reversões	3.069	847	7.642	1.796
Baixa definitiva (i)	86	297	86	701
Saldo final	(4.123)	(2.389)	(12.676)	(2.884)

- (i) Baixas realizadas de clientes sem expectativa de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 68.165 do contas a receber do mercado externo estava atrelado à operações financeiras de duplicatas descontadas do produto ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues), sendo R\$ 45.145 junto ao Banco Sofisa e R\$ 22.329 junto ao Banco Daycoval.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

5. Estoques

Política contábil

São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde: ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera: a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	38.062	47.409	79.527	94.655
Produtos semiacabados	15.480	22.256	24.734	26.773
Mercadorias para revenda	926	1.598	2.899	5.017
Matérias-primas	15.729	29.962	34.468	57.554
Materiais auxiliares	18.469	18.008	41.405	38.630
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(5.365)	(4.996)	(14.774)	(12.807)
	<u>83.301</u>	<u>114.237</u>	<u>168.259</u>	<u>209.822</u>

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(4.996)	(5.556)	(12.807)	(12.712)
Adições	(1.995)	(1.554)	(13.096)	(6.788)
Reversões	1.626	2.114	11.129	6.693
Saldo final	<u>(5.365)</u>	<u>(4.996)</u>	<u>(14.774)</u>	<u>(12.807)</u>

6. Tributos a recuperar

Política Contábil

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e da recuperabilidade. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS(i)	3.410	3.143	44.964	36.977
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10	10	1.598	2.282
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (iv)	17.231	15.035	31.552	25.530
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL(iv)	5.383	4.577	8.763	8.106
Incentivos Fiscais (iii)	149	4.642	253	4.745
Tributos sobre importações	27	189	1.182	1.242
Programa de integração social - PIS (ii)	-	-	11.885	10.088
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	-	-	57.750	43.163
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	3.782	3.464
Instituto nacional do seguro social- INSS	156	107	267	169
Outros	846	995	1.505	9.237
	27.212	28.698	163.501	145.003
Circulante	24.985	26.003	140.904	107.735
Não circulante	2.227	2.695	22.597	37.268

- (i) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 34.097 referem-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN n° 715/2005 do Estado de Goiás.
- (ii) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 49.333 referem-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo e R\$ 13.983 referem-se à créditos decorrentes de um mandado de segurança que obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB. Todos os créditos estão sendo compensados através de declaração de compensação com tributos federais.
- (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais “Produzir”.
- (iv) O montante contempla saldo negativo de IRPJ e CSLL do grupo, a ser compensado com outros tributos federais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

7. Combinação de negócios

Confibra Indústria e Comércio Ltda. (Confibra)

Aquisição

Em 29 de julho de 2022, conforme divulgado em Fato Relevante, foi concluída à aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. (“Confibra”), empresa com atuação no mercado de telhas de fibrocimento desde 1973.

O objetivo da aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial.

Além do aumento da capacidade produtiva, à aquisição, proporcionará ganhos de sinergia, aumento da escala de produção da Companhia e ocupação da unidade da Eternit da Amazônia, que passará a fornecer fibra de polipropileno para a Confibra.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110.000, pagos pela Companhia em uma única parcela à vista na assinatura do contrato.

O pagamento de um preço adicional (“earn out”) de até R\$ 10.000 (valor justo em 29 de julho de 2022 - R\$ 9.068) está vinculado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais, tendo o seu montante corrigido no período pelo IPCA/IBGE até a data do seu vencimento.

Com base na apuração realizada pela Companhia, houve o cumprimento das metas estabelecidas e, portanto, a parcela adicional *earn out* foi paga aos vendedores em 25 de abril de 23.

Em 19 de dezembro de 2022, a Compradora notificou os Vendedores, para lhes informar que o valor do Ajuste de Preço, calculado nos termos do Contrato e do 1º Aditamento, corresponde a um saldo positivo para os Vendedores no montante de R\$ 25.295 decorrente do capital de giro. Assim, o valor adicional apurado pelos Vendedores, fruto do capital de giro foi acrescido ao preço de compra no 4T22.

Dessa forma, a Companhia revisitou o valor do preço total de compra, que após o ajuste do capital de giro somada a parcela adicional do *earn out* totalizou R\$ 144.363.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Preço de aquisição	110.000
Valor justo da parcela contingente (<i>earn out</i>)	9.068
Ajuste de preço - capital de giro	25.295
(-) parcela paga à vista	(110.000)
(-) parcela paga relativa ao ajuste de preço	(25.295)
(-) Earn out pago em abril/23	(9.068)
Saldo a pagar	-

Valor justo dos ativos e passivos identificados

Foi elaborado na data de 30 de setembro 2022 estudo preparado por especialista independente de acordo com o requerido no CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios para a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, o qual demonstramos abaixo:

Participação adquirida	100%
Preço de aquisição	<u>144.363</u>
(-) Valor pago na data de aquisição	(110.000)
(-) parcela paga relativa ao ajuste de preço	(25.295)
(-) Earn Out pago em abril/23	(9.068)
Valor a pagar	-
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	381
Contas a receber de clientes	25.184
Imposto a recuperar	2.424
Estoque	34.779
Despesas antecipadas	42
Depósitos compulsórios/judiciais	778
IR/CS diferidos	51
Imobilizado	50.026
Ativos Intangíveis - Softwares	43
Ativos Intangíveis oriundos de alocação (PPA)	36.411
Total dos ativos adquiridos	<u>150.119</u>
Passivos	
Fornecedores	5.247
Obrigações fiscais	1.948
Obrigações sociais	581
Adiantamentos de clientes	2.501
Provisões	19.191
Contingências	569
IR/CS Diferido	26.065
Outros passivos	765
Total dos passivos assumidos	<u>56.867</u>
Total dos ativos líquidos (valor justo)	<u>93.252</u>
Ágio gerado na transação (com efeito IR/CS diferidos)	51.110
Total da contraprestação	<u>144.363</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para fins de consolidação e aplicando a norma de combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15), as alocações da contraprestação paga em ativos intangíveis, tangíveis e o ágio (*goodwill*) devem ser alocados. O ágio gerado considera os benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, aumento da quantidade de instalações e mão de obra especializada. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis de acordo com o CPC 04 (R1) - Intangíveis. Referido ágio tem vida útil indefinida e é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável, que, caso ocorra, são mensuradas comparando o saldo contábil com seu valor recuperável e reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Além disto, no 1T23, a Companhia, atualizou o seu laudo atuarial relativo ao ajuste de preço, calculado nos termos do Contrato e do 1º Aditamento, corresponde a um saldo positivo para os Vendedores no montante de R\$ 25.295 decorrente do capital de giro, a fim de atender a norma de combinação de negócios (IFRS 3 / CPC 15).

O investimento da aquisição da Confibra nas demonstrações contábeis da controladora em 31 de dezembro de 2023 está composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>
Investimento	32.839
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	51.110
Mais valia	42.538
Total	<u>126.487</u>

Assim, as alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Mais-valia de ativo imobilizado	38.668	36 anos para edificações
Mais valia de estoques	1.581	1 mês e 26 dias
Mais valia de Clientes/Contrato	36.412	5 anos e 5 meses
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	51.110	Indefinida
Total	<u>127.771</u>	

O valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 25.184. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes devido a Confibra possuir uma clientela variável e pulverizada, assim, espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 781 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas e gerais.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	144.363
(-) Custos da transação da aquisição (b)	(781)
(-) Caixa adquirido da controlada (c)	(381)
Fluxo de saída de caixa, líquido (d)	143.201

- a) Incluído nas atividades de investimento da controladora.
- b) Incluído nas atividades operacionais do consolidado.
- c) Representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição.
- d) Incluído nas atividades de investimento do consolidado.

Garantia pagamento do ajuste de preço

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 5.000 da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de pagamento de ajuste de preço e foi depositado pela Companhia em uma Conta Escrow. Em decorrer do 1T23, houve a conclusão final do ajuste de preço entre as partes e o valor foi liberado aos vendedores.

Garantia para demandas judiciais

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 6.500 da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de indenizações assumidas pelos Vendedores. O recurso foi depositado em uma Conta Escrow e será liberado da seguinte forma:

- (i) No segundo aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (ii) No terceiro aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iii) No quarto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iv) No quinto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido; e
- (v) No sexto aniversário da data de fechamento, serão liberados 100% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro 2023, o saldo da conta Escrow totalizou R\$ 7.438.

Unidade geradora de caixa

O ágio e alocações estão associados a unidade geradora de caixa da empresa adquirida. De acordo com a avaliação da Companhia, o ativo adquirido “Confibra” faz parte da UGC de Fibrocimento. Dessa forma, o retorno do investimento dessa aquisição não deve ser avaliado como uma UGC isolada e sim em conjunto com a UGC de Fibrocimento, que contemplam as unidades operacionais de Colombo-PR, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO e Simões Filho-BA e a unidade responsável pela produção da fibra de PP localizada em Manaus-AM.

8. Investimentos e provisão para perda em investimentos

Política Contábil

São representadas por investimentos em empresas controladas, na controladora, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nessas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas são eliminados para fins de equivalência patrimonial no balanço individual e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

De acordo com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas (*IFRS 10 - Consolidated Financial Statements*), a controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	387.951	205.399
Adições (reduções) aos investimentos	-	144.363
Resultado da equivalência patrimonial	39.389	99.288
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	122	6.150
Dividendos declarados	(55.028)	(81.893)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	13.175	14.644
Saldo final	385.609	387.951

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2023 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equivalência PPA	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Ágio/Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	344.386	236.937	107.449	44.498	99,99	-	-	44.498	-	107.449	-	-	107.449
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	53.640	21.551	32.090	3.506	99,70	-	-	3.495	-	31.994	-	-	31.994
Precon Goiás Industrial Ltda.	41.191	7.183	34.008	2.490	99,99	-	-	2.490	-	34.006	-	-	34.006
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	210.912	212.913	(2.003)	(4.861)	73,90	-	-	(3.592)	-	(1.480)	3.299	-	1.819
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	173.829	88.739	85.091	17.609	99,99	1.852	-	19.459	(1.228)	83.854	-	-	83.854
Confibra Indústria e Comércio Ltda. (*)	69.509	36.669	32.840	(8.460)	100	-	(5.326)	(13.786)	-	32.839	93.648	-	126.487
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	43.498	81.603	(38.105)	(13.176)	99,99	-	-	(13.175)	-	(38.101)	-	38.101	-
Total	936.965	685.595	251.370	41.606		1.852	(5.326)	39.389	(1.228)	250.561	96.947	38.101	385.609

(*) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de (R\$ 13.786), está composto por (R\$ 8.460) relativo ao resultado operacional e (R\$ 5.326) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Investimentos nas controladas:

31/12/2022 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Ágio/Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	290.238	187.554	102.684	63.307	99,99	-	63.307	-	102.684	-	-	102.684
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	57.612	25.522	32.090	5.717	99,70	-	5.700	-	31.995	-	-	31.995
Precon Goiás Industrial Ltda.	45.417	11.409	34.008	14.976	99,99	-	14.975	-	34.006	-	-	34.006
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	66.129	63.270	2.859	(2.137)	73,90	-	(1.579)	-	2.112	3.297	-	5.409
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	181.113	104.443	76.672	36.301	99,99	(678)	35.619	(3.081)	73.583	-	-	73.583
Confibra Indústria e Comércio Ltda (*)	75.302	34.000	41.298	(4.089)	100	-	(4.089)	-	41.298	98.976	-	140.274
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	51.730	76.659	(24.929)	(14.646)	99,99	-	(14.645)	-	(24.926)	-	24.926	-
Total	767.541	502.857	264.682	99.429		(678)	99.288	(3.081)	260.752	102.273	24.926	387.951

(*) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de (R\$ 4.089), está composto por (R\$ 1.357) relativo ao resultado operacional e (R\$ 2.732) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Partes relacionadas

Política Contábil

Saldos e transações de partes relacionadas, quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações de partes relacionadas e lucros não realizados provenientes de operações efetuadas entre a Companhia e as empresas controladas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados.

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas:

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	175.448	(1)	169.178	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	16.167	(1.641)	32.495	(12.769)
Precon Goiás Industrial Ltda.	2.490	(23.799)	6.350	(27.166)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	3.495	(8.384)	5.698	(14.084)
Sama S.A.	48.505	(658)	43.326	(81)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	2.341	(38)	442	(8)
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	4.308	(80)	187	(27)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	7.485	(33)	6.051	(35)
Total controladas	260.239	(55.202)	263.727	(74.738)
Circulante	256.195	(32.221)	261.101	(48.016)
Não circulante	4.044	(22.981)	2.626	(26.722)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Dividendos (vii)		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
No ativo												
Controladas												
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	175.448	169.178	-	-	-	-	175.448	169.178
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	6.977	2.456	-	-	-	-	9.189	30.039	16.166	32.495
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.490	6.350	2.490	6.350
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	3.495	5.698	3.495	5.698
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	508	93	1.833	349	-	-	-	-	-	-	2.341	442
Sama S.A.	-	-	8.651	3.524	-	-	-	-	39.854	39.802	48.505	43.326
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	134	187	4.175	-	-	-	-	-	-	-	4.309	187
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	93	5.504	3.977	-	-	1.981	1.981	-	-	7.485	6.051
Total controladas	642	373	27.140	10.306	175.448	169.178	1.981	1.981	55.028	81.889	260.239	263.727

	Fornecedores (i)		Nota débito (ii)		Mútuo (iii)		Cessão de Crédito (v)		Conta Corrente (iv)		Adiantamento Clientes (vi)		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
No passivo														
Controladas														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	(20.568)	(20.568)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(1.590)	(10.987)	-	(11)	-	-	-	-	-	-	(51)	(1.771)	(1.641)	(12.769)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	(411)	(411)	(23.388)	(26.755)	-	-	-	-	-	-	(23.799)	(27.166)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	(47)	(47)	(1)	(1)	-	-	(503)	(503)	(7.833)	(13.534)	-	-	(8.384)	(14.085)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(30)	(1)	(8)	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	(8)
Sama S.A.	-	-	(658)	(81)	-	-	-	-	-	-	-	-	(658)	(81)
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	(80)	(27)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(27)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	(16)	(33)	(18)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(34)
Total	(1.747)	(11.078)	(1.112)	(529)	(23.388)	(26.755)	(503)	(503)	(28.401)	(34.102)	(51)	(1.771)	(55.202)	(74.738)

- (i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo.
(ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
(iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.
(iv) Valores transferidos às controladas Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo.
(v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
(vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno.
(vii) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício findado em 31/12/2023.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2023.

	Vendas		Compras		Despesas Administrativas		Juros sobre mútuo despesa	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
No resultado								
Controlada								
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(108.586)	(153.105)	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	(3.070)	(2.951)
Sama S.A.	-	-	-	(2.460)	-	-	-	(304)
Companhia Sulamericana de Cerâmica.	21.203	9.484	-	-	-	-	-	-
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	9.850	4.990	-	-	-	-	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	218	188	(102)	(112)	-	-	-	-
Total	31.271	14.662	(108.688)	(155.677)	(1)	(1)	(3.070)	(3.255)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários, honorários e benefícios	5.529	5.285	8.151	6.734
Bônus	5.046	5.447	5.046	5.447
Benefício pós-emprego	447	416	447	416
	11.022	11.148	13.644	12.597

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovada na AGO realizada em 21 de março de 2023, o qual foi fixado em até R\$ 14.614, sendo R\$ 10.917 para a Diretoria Estatutária, R\$ 3.330 para o Conselho de Administração e R\$ 367 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2023 (R\$ 13.973 para o exercício de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de 684.591 ações ETER3, representando 1,11% do total em circulação (968.156 ações - ETER3 no exercício findado em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado a seguir:

Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2023	31/12/2022
Conselho de Administração (i)	429.797	438.855
Diretoria (i)	30.160	306.800
Conselho Fiscal	224.634	222.501
	684.591	968.156

(i) Movimentação devido a nova composição da Administração.

10. Ativos mantidos para venda

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tégula - Unidade Anápolis (i)	-	1.023
	-	1.023

(i) Tégula - Unidade Anápolis: O leilão restou infrutífero. Dessa forma, a Companhia em 2023, migrou o ativo mantido para venda para o ativo imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os ativos descritos nesta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização de ativo não operacional é a realização de caixa para a Companhia. A venda do ativo ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em junho de 2019.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, é superior ao valor contábil do ativo relacionado. Não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.

11. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Adições	-	-	-	-	-	36.577	36.577
Baixas	-	-	(87.695)	(807)	(2.868)	-	(91.370)
Transferências	-	1.087	7.908	(13)	1.828	(10.805)	5
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.759	37.912	198.826	884	11.055	56.152	308.588
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.759	37.912	198.826	884	11.055	56.152	308.588
Adições	-	-	-	-	-	19.980	19.980
Baixas	-	-	(1.155)	-	(111)	-	(1.266)
Transferências	62	694	37.551	32	525	(38.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.821	38.606	235.222	916	11.469	37.268	327.302
Taxas médias de depreciação		4%	11,20%	20%	15%	-	-
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Adições	-	(864)	(12.467)	(134)	(528)	-	(13.993)
Baixas	-	-	85.536	807	2.750	-	89.093
Transferências	-	-	916	16	(932)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(26.520)	(102.076)	(556)	(9.292)	-	(138.444)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	(26.520)	(102.076)	(556)	(9.292)	-	(138.444)
Adições	-	(888)	(15.152)	(114)	(469)	-	(16.623)
Baixas	-	-	838	(1)	113	-	950
Transferências	-	8	-	-	(8)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(27.400)	(116.390)	(671)	(9.656)	-	(154.117)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Valor residual							
Em 31 de dezembro de 2021	3.759	10.557	97.645	459	1.513	30.380	144.313
Em 31 de dezembro de 2022	3.759	10.780	91.843	328	1.763	56.152	164.625
Em 31 de dezembro de 2023	3.821	10.594	113.925	245	1.813	37.268	167.666

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a Nota Explicativa nº 29.

	Consolidado								
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	Total
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Saldo de aquisição Confibra	-	571	25.978	1.603	2.074	-	-	38.669	68.895
Adições	-	49	855	79	44	-	89.382	-	90.409
Baixas	-	-	(87.695)	(807)	(2.868)	-	-	-	(91.370)
Transferências	-	1.695	12.638	(13)	2.428	-	(16.772)	-	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.074	67.367	579.063	23.485	26.095	24.276	117.131	44.184	887.675
Saldos em 1º de janeiro de 2023	6.074	67.367	579.063	23.485	26.095	24.276	117.131	44.184	887.675
Adições	197	1.005	1.931	783	-	-	201.757	-	205.683
Baixas	-	(620)	(12.600)	(2.464)	(1.039)	-	(418)	-	(17.141)
Transferências	-	841	42.366	11.470	1.137	2.514	(58.328)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.271	68.593	610.760	33.274	26.193	26.790	260.142	44.184	1.076.207
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%			
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Saldo de aquisição Confibra	-	(227)	(20.145)	(1.403)	(991)	-	-	-	(22.766)
Adições	-	(1.518)	(17.685)	(179)	(913)	(1.132)	-	(324)	(21.751)
Baixas	-	-	85.806	807	2.778	-	-	-	89.391
Transferências	-	(2)	917	16	(958)	-	-	-	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(46.120)	(396.455)	(22.828)	(22.101)	(14.705)	-	(324)	(502.533)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado								Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	(46.120)	(396.455)	(22.828)	(22.101)	(14.705)	-	(324)	(502.533)
Adições	-	(1.833)	(23.294)	(918)	(869)	(1.206)	-	(390)	(28.510)
Baixas	-	237	13.262	1.438	235	-	-	-	15.172
Transferências	-	7	-	-	(7)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(47.709)	(406.487)	(22.308)	(22.742)	(15.911)	-	(714)	(515.871)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por obsolescência									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável - teste de "impairment"									
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Reversão	-	332	785	11	300	1.132	-	-	2.560
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.530)	(4.913)	(7.424)	19	(252)	(9.569)	6	-	(23.663)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	(1.530)	(4.913)	(7.424)	19	(252)	(9.569)	6	-	(23.663)
Reversão	-	332	1.473	804	301	1.219	-	-	4.129
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.530)	(4.581)	(5.951)	823	49	(8.350)	6	-	(19.534)
Valor residual									
Em 31 de dezembro de 2021	4.544	14.822	168.823	562	1.848	2	44.527	5.515	240.643
Em 31 de dezembro de 2022	4.544	15.722	170.277	676	3.742	2	117.137	43.859	355.959
Em 31 de dezembro de 2023	4.741	15.691	193.415	11.788	3.500	2.529	260.148	43.470	535.283

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) Fibrocimento, que contemplam os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas em Colombo-PR, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO e Simões Filho-BA e (Eternit da Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus; (ii) Telhas de Concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) (Sama), mineradora, responsável pela exploração e beneficiamento da fibra mineral de variedade crisotila que, destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2023. A revisão foi preparada por uma empresa especializada independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento; e (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 4.657 no consolidado.

UGC Fibrocimento

As unidades industriais da Eternit S/A e Confibra juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno (PP), localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade.

Dessa forma, a Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2024 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa nominal de 34% para o imposto de renda e contribuição social;
- **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 15,9% a.a.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2023, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 66.571, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 31.670.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 decorrente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada.

Nesse sentido, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Intangível

Política contábil

Software

O software é definido como um ativo intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. O cálculo da amortização é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada. É iniciada a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido deve ser constituído.

Carteira de clientes

A carteira de clientes é reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização da carteira de clientes é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

	Controladora	
	Software	Total
Custo		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.823	16.823
Baixas	(1.335)	(1.335)
Transferências	(7)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.481	15.481
Saldo em 1º de janeiro de 2023	15.481	15.481
Adições	2	2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.483	15.483

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora	
	Software	Total
Vida útil (em anos)	5	
Amortização:		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(16.271)	(16.271)
Adições	(290)	(290)
Baixas	1.332	1.332
Transferências	29	29
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.200)	(15.200)
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(15.200)	(15.200)
Adições	(160)	(160)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.360)	(15.360)
Valor residual		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	552	552
Saldo em 31 de dezembro de 2022	281	281
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123	123

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					Total
	Software	Ágio	Mais valia da carteira de cliente	Marcas e patentes	Software em andamento	
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	26.684	16.538	-	957	-	44.179
Adições	-	-	-	-	19	19
Aquisição Confibra	229	55.979	29.034	-	-	85.242
Baixas	(1.450)	-	-	-	-	(1.450)
Transferências	40	-	-	-	(19)	21
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.503	72.517	29.034	957	-	128.011
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.503	72.517	29.034	957	-	128.011
Adições	188	2.508	-	-	-	2.696
Baixas	126	-	-	-	-	126
Transferências	0	(7.377)	7.377	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.817	67.648	36.411	957	-	130.833
Vida útil (em anos)						
Amortização:						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(25.964)	-	-	-	-	(25.964)
Adições	(368)	-	(2.233)	-	-	(2.601)
Aquisição Confibra	(186)	-	-	-	-	(186)
Baixas	1.477	-	-	-	-	1.477
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(25.041)	-	(2.233)	-	-	(27.274)
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(25.041)	-	(2.233)	-	-	(27.274)
Adições	(386)	-	(7.290)	-	-	(7.676)
Baixas	59	-	-	-	-	59
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.368)	-	(9.523)	-	-	(34.891)
Perda por redução do valor						

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					Total
	Software	Ágio	Mais valia da carteira de cliente	Marcas e patentes	Software em andamento	
recuperável						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(97)	(16.558)	-	(956)	-	(17.611)
Reversões	191	-	-	-	-	191
Saldo em 31 de dezembro de 2022	94	(16.558)	-	(956)	-	(17.420)
Reversões	526	-	-	-	-	526
Saldo em 31 de dezembro de 2023	620	(16.558)	-	(956)	-	(16.894)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	(20)	-	1	-	604
Saldo em 31 de dezembro de 2022	556	55.959	26.800	1	-	83.316
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.069	51.090	26.888	1	-	79.048

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

Política Contábil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, galpões, máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza, assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “resultado financeiro”.

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de alugue referente ao terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus-AM. O referido contrato de aluguel vencerá em março de 2027.

Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que a Companhia possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Ativo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	7.758	7.758
Adições	9.435	9.435
Depreciação	(1.273)	(1.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.920	15.920
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	15.920	15.920
Adições	1.618	1.618
Depreciação	(1.469)	(1.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.069	16.069
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	(7.786)	(7.786)
Adições	(9.434)	(9.434)
Pagamento	3.267	3.267
Correção	(1.994)	(1.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.947)	(15.947)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	(15.947)	(15.947)
Reversão	(1.618)	(1.618)
Pagamento	3.456	3.456
Correção	(2.125)	(2.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(16.234)	(16.234)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Circulante	(3.607)	(3.607)
Não Circulante	(12.627)	(12.627)
Resultado		
Depreciação	1.273	1.273
Juros	1.994	1.994
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2022	3.267	3.267
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-
Depreciação	1.469	1.469
Juros	2.125	2.125
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2023	3.594	3.594

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	23.957	24.943	70.300	57.639
Mercado externo	1.589	124	588	2.022
Mercado interno recuperação judicial (i)	2.904	2.702	4.487	4.802
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	606	653
	28.450	27.769	75.981	65.116

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 2.904 na controladora, sendo, R\$ 2.200 relativo a Classe III e R\$ 704 na Classe IV. No consolidado R\$ 5.093, sendo R\$ 4.087 na Classe III e R\$ 1.006 na Classe IV.

15. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:						
Para capital de giro e Investimentos (FINAME) (iv)	9.528	23.747	33.275	2.247	28.746	30.993
Total moeda nacional	9.528	23.747	33.275	2.247	28.746	30.993
	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:						
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (i) e (ii)	3.910	25.613	29.523	3.910	29.549	33.459
Para capital de giro e Investimentos (FINAME) (iv)	9.528	23.747	33.275	2.247	28.746	30.993
Para aquisição de veículos (CCE) (v)	1.143	10.191	11.334	-	-	-
Total moeda nacional	14.581	59.551	74.132	6.157	58.295	84.591
Moeda estrangeira (USD):						
Para capital de giro ACE (desconto de recebível) (iii)	68.165	-	68.165	20.139	-	20.139
Total moeda nacional	68.165	-	68.165	20.139	-	20.139
Total dos empréstimos	82.746	59.551	142.297	26.296	58.295	84.591

- (i) A dívida bruta no valor de R\$ 29.523 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a. O saldo remanescente será pago em 90 parcelas e será liquidado no ano de 2031.
- (ii) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.
- (iii) Referem-se a antecipação de recebíveis em moeda estrangeira ACE - Adiantamento Sobre Cambiais Entregue para fazer frente aos projetos estratégicos e de capital de giro da Companhia, à uma taxa média de juros ponderada de 8,46% a.a.
- (iv) A dívida no valor de R\$ 33.275 apresentado na controladora refere-se ao FINAME realizado junto ao Banco Daycoval para fazer frente ao capital de giro da Companhia. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: Selic + SPREAD bancário de 4,80% a.a. com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (v) A dívida no valor de R\$ 11.334 apresentado no consolidado refere-se a linha de crédito CCE realizado junto ao Banco Sofisa para aquisição de frota de caminhonetes e caminhões para a controlada Sama. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: CDI + SPREAD bancário de 4,907% a.a. com carência de 6 meses do principal havendo apenas amortização de juros mensais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2022	30.993	84.591
Captação	-	406.114
Amortização (i)	(3.312)	(353.192)
Juros e Encargos	5.594	8.814
Variação Cambial ACE	-	(4.030)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2023	<u>33.275</u>	<u>142.297</u>

- (i) Contempla amortização do principal e juros.

Composição por vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencimento		
2024	7.005	81.792
2025	7.005	13.435
2026	7.005	13.435
2027	7.005	13.435
2028	5.255	10.424
2029 até 2031	-	9.776
	<u>33.275</u>	<u>142.297</u>

16. Obrigações com pessoal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Férias	8.810	8.805	14.067	13.927
Participação nos lucros e resultados	3.724	4.106	5.870	5.999
Bônus (ii)	7.095	6.886	9.438	6.886
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	611	590	1.184	696
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	5.038	6.501	6.877	8.338
Outros	281	128	346	413
	<u>25.559</u>	<u>27.016</u>	<u>37.782</u>	<u>36.259</u>
Circulante	<u>19.878</u>	<u>20.631</u>	<u>31.852</u>	<u>29.480</u>
Não circulante	5.681	6.385	5.930	6.779

- (i) Do montante total registrado na rubrica, R\$ 2.971 na controladora, sendo R\$ 198 no passivo circulante e R\$ 2.773 no passivo não circulante e no consolidado R\$ 3.234, sendo R\$ 211 no passivo circulante e R\$ 3.022 no passivo não circulante referem-se ao parcelamento de impostos a pagar junto ao INSS. Os débitos foram reparcelados em 60 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 com liquidação final prevista para 2025;
- (ii) Referem-se ao bônus de curto e longo prazo dos administradores e colaboradores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda - IRPJ	-	-	1.581	1.559
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	651	636
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	5.275	11.792	8.286	14.947
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.591	1.913	1.856	2.397
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.468	863	1.868	1.184
Programa de integração social - PIS	338	196	423	261
Impostos retidos na fonte	2.307	2.222	3.589	3.365
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	36	51
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	379	538
Fundo Estadual de Infraestrutura - FUNDEINFRA	-	-	575	-
Parcelamento de tributos (ii)	2.502	6.084	15.855	27.842
Outros	51	51	108	319
	13.532	23.121	35.207	53.099
Circulante	11.126	16.455	20.730	30.722
Não circulante	2.406	6.666	14.477	22.377

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora e “Produzir” na controlada Tégula.
- (ii) Os débitos federais da Eternit e Tégula foram renegociados em conformidade com a Lei 14.112/20 com utilização parcial do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, em 84 parcelas, junto à Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 440 no passivo circulante na controladora e R\$ 1.703 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 2.675 no passivo circulante e R\$ 12.839 no passivo não circulante com liquidação prevista em 2030.

18. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	5.676	7.298	8.369	8.747
Comissões no mercado interno (i)	12.612	12.447	17.232	16.603
Comissão no mercado externo (i)	-	-	1.452	1.399
Provisão para destinação de resíduos (ii)	321	2.285	321	2.285
Provisão para garantia	531	1.128	1.030	1.141
Fretes a pagar	-	-	4.298	9.096
Outras contas a pagar (iii)	2.618	37.827	16.857	64.962
	21.758	60.985	49.559	104.233
Circulante	21.758	60.985	49.559	104.233

- (i) Comissões a pagar aos representantes comerciais relativas aos negócios de fibrocimento e exportação de crisotila;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;
- (iii) Referem-se principalmente a provisão para serviços prestados, receitas a realizar e outros gastos com pessoal.

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos trabalhistas	45.085	45.968	59.409	60.468
Processos cíveis	3.874	3.921	8.631	8.659
Processos tributários	757	767	777	787
	49.716	50.656	68.817	69.914

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	48.493	3.845	1.205	53.543
Adições	2.616	1.366	110	4.092
Reversões	(5.139)	(1.185)	(548)	(6.872)
Pagamentos	(2)	(105)	-	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.968	3.921	767	50.656
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.968	3.921	767	50.656
Adições	2.144	97	65	2.306
Reversões	(3.027)	(144)	(75)	(3.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.085	3.874	757	49.716

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	61.103	8.837	1.265	71.205
Adições	6.019	6.303	131	12.453
Reversões	(6.515)	(6.372)	(589)	(13.476)
Pagamentos	(139)	(109)	(20)	(268)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.468	8.659	787	69.914
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.468	8.659	787	69.914
Adições	3.731	353	65	4.149
Reversões	(3.741)	(381)	(75)	(4.197)
Pagamentos	(1.049)	-	-	(1.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.409	8.631	777	68.817

(i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras;
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 01 de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em primeira instância. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:
 - Indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000;
 - Indenização por danos morais no valor de R\$ 50 em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores;

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 e R\$ 50.000, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que pende de julgamento ao TST para exame. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$ 21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1.000.000. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região condenado a Eternit no valor de R\$ 50.000 a título de dano moral coletivo, entre outros. A Companhia apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo.

Desta decisão, na parte inadmitida, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o TST, sendo que, o recurso está pendente. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021, foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, os quais foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário. Ao Agravo em Recurso Extraordinário foi negado provimento, razão pela qual foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. O Agravo em Recurso Especial foi autuado no STJ e aguarda julgamento.

(ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e insumos sujeitos à alíquota zero;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

(iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2023, havia reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 248.624, e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Adicionalmente, a Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos, revisou suas estimativas e controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico das causas e da mensuração com base no entendimento das reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde, até a presente data, alguns valores não são mensuráveis:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações corresponde a R\$ 50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação da Companhia em R\$ 500.000, a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de primeira instância, que se encontra pendente de julgamento;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423, a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de dano moral coletivo. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração opostos e, por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento;

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA. No caso da Ação Popular, foi proferida sentença em 13 de dezembro de 2022, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, sob a justificativa de que a ação popular não seria a via adequada para pleitear a inconstitucionalidade de lei em tese. Em razão da remessa necessária, aguarda-se o julgamento pelo TJGO;
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i “b”, desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo;
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação, são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 85.000. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020, referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. MPT interpôs recurso de revista, o qual foi parcialmente admitido pela Presidência do TRT-9. Contra a parcela da decisão que inadmitiu seu recurso, o MPT opôs embargos de declaração. Eternit apresentou contrarrazões ao recurso de revista. Os autos foram remetidos à conclusão do Desembargador Vice-Presidente, em 13 de novembro de 2021. Em 25 de janeiro de 2022, proferida decisão rejeitando os Embargos de Declaração do MPT. Em 22 de fevereiro de 2022, o MPT interpôs Agravo de Instrumento contra a parcela da decisão que inadmitiu seu Recurso de Revista. Em 17 de março de 2022, Eternit apresentou

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Contraminuta ao Agravo. Autos recebidos no TST, pendentes de julgamento;

- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação, são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 225.000. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA, outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial;
- f) Em 2021, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TSL - Transportes Scatuzzi Ltda., Eternit S/A e Sama S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (fibra crisotila) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de dano moral coletivo, no valor de R\$ 5.000. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisotila via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões favoráveis à Eternit S/A proferidas pelo E. STF. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 25 de agosto de 2022 foi publicado acórdão que deu parcial provimentos aos recursos para excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Embargos de Declaração. Em 14 de outubro de 2022 foi publicado Acórdão que conheceu dos embargos, mas os julgou improcedentes. MPT e Eternit interpuseram recursos de revista, pendentes de julgamento. Por reclamação constitucional, o STF determinou a cassação do acórdão para que outro seja proferido conforme decisão em ADPF que versa sobre transporte. Após retorno dos autos ao TRT-2, foi proferido acórdão que acolheu o recurso da Eternit e da SAMA para julgar a ação improcedente. MPT interpôs recurso de revista, que não foi admitido. MPT interpôs agravo ao TST, pendente de julgamento.
- g) Em 2021, o MPF ajuizou Ação Civil Pública perante a Justiça Federal em Goiás, em face da Eternit, Sama e outros, em que discute a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisotila e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava que são detidos pela SAMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisotila, bem como, para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

beneficiamento de amianto, concedidos à SAMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Eternit e SAMA interpuseram agravo ao TRF1, que pende de julgamento. Também em face da tal decisão, o Município de Minaçu ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMA a retomar as suas atividades na mina. O MPF interpôs agravo interno, o qual foi acolhido pelo STJ para declarar a competência do STF para discutir o assunto. Paralelamente, também foi formulado pedido ao STF de que a ação contraria a decisão da Corte na ADI 6200. Foi concedida liminar para cassar a tutela de 1º grau.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

20. Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 438.082 em dezembro de 2022) e estava representado por 61.721.520 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas Físicas	23.547	29.784.316	25.942	30.550.653
Pessoas Jurídicas	119	1.097.727	148	1.283.177
Pessoas residentes no exterior	45	2.847.316	42	2.389.678
Clubes, fundos e fundações	65	27.992.161	110	27.543.279
	<u>23.776</u>	<u>61.721.520</u>	<u>26.242</u>	<u>61.766.787</u>
Ações em tesouraria	1	55.055	1	9.788
	<u>23.777</u>	<u>61.776.575</u>	<u>26.243</u>	<u>61.776.575</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das 55.055 mil ações em tesouraria era de R\$ 469 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2022 referente a 9.788 mil ações).

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos controladores	127.181	137.602
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.722	61.767
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	2,0606	2,2278

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

(iv) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2023, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	14.724	17.687	14.724	17.704
Dividendos	10.121	50	10.157	59
	<u>24.845</u>	<u>17.737</u>	<u>24.881</u>	<u>17.763</u>

(v) Subvenção para investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados o montante de R\$ 4.388 referente incentivos fiscais (R\$ 11.311 em 31 de dezembro de 2022).

(vi) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	127.181	137.602
Constituição de Reservas:		
Legal	(6.359)	(6.880)
Estatutária	(6.359)	(6.880)
Subvenção de Investimento	(4.388)	(11.166)
Retenção de lucros	(79.269)	(75.055)
Lucro disponível	<u>30.806</u>	<u>37.621</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(20.735)	(37.621)
Dividendos obrigatórios proposto	(10.071)	-
Total	(30.806)	(37.621)
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	29.108	28.133

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	45.851	128.711	62.962	165.004
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(15.589)	(43.762)	(21.407)	(56.101)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	13.392	33.758	-	-
Incentivo fiscal (a)	-	90	4.341	8.099
Juros sobre capital próprio	7.050	12.791	7.050	12.791
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(1.754)	(1.540)	(2.551)	(1.540)
Efeitos Exercícios Anteriores Corrente	-	1.235	-	1.235
Reversão Incentivo (Desenvolve - BA e Produzir - GO)	1.492	3.846	1.492	3.846
Impairment	-	-	1.585	935
Constituição / compensação do prejuízo fiscal e base negativa	70.291	1.231	70.291	4.496
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	1.418	513	3.811	4.349
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(7.701)	(6.697)
Outras (adições) exclusões líquidas Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	5.030	729	7.348	1.296
	81.330	8.891	64.259	(27.291)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.293)	(28.440)	(40.790)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b) (c) (d) e (e)	81.330	11.184	92.699	13.499
	81.330	8.891	64.259	(27.291)

- a) Incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais nas filiais da Bahia e Goiás;
- b) Na controladora em 2023 se refere a CSLL diferida referente compensação de Refis Previdenciário previstos no inc. VI do art. 10-A da Lei n. ° 10.522/02 (incluído pela Lei n. ° 14.112/20).
- c) No Consolidado em 2023, além do item (ii), contempla imposto de renda e contribuição social diferidos sobre vendas a embarcar das controladas Sama e Eternit da Amazônia.
- d) Em 2022, contempla imposto de Renda e Contribuição Social Diferida referente créditos relacionados a exclusão do ICMS sobre a Base PIS COFINS.
- e) Na controladora em 2023, R\$ 70.291 se referem a constituição de diferidos sobre prejuízos fiscais e R\$ 9.234 relativos a constituição de diferidos sobre as diferenças temporárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	72.096	-	217.296	34.693
Compensação da Base negativa CSLL parc. REFIS (inc. VI do art. 10-A da Lei n.º 10.522/02 (incluído pela Lei n.º 14.112/20)	(1.806)	-	(2.603)	-
Benefícios pós-emprego	11.287	11.080	23.135	23.184
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.903	17.223	23.379	23.571
Lucros não realizados nos estoques	-	-	633	1.587
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.402	812	4.381	981
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.690	2.377	2.959	2.558
Mercadorias não embarcadas	-	-	7.539	8.425
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	8.308	9.893
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	1.832	1.699	5.032	4.355
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	3.997	3.394
Outras provisões	2.788	3.362	5.222	5.547
Mais valia - Confibra	-	-	(21.913)	(22.149)
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(29.544)	(38.430)	(67.824)	(84.444)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	-	-	(142.979)	(32.472)
	79.525	-	66.562	(20.877)
Circulante	1.850	-	1.850	-
Não Circulante	77.675	-	64.712	(20.877)

(*) Vide Notas Explicativas nºs 11 e 12.

No exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 362.457 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 517.284 em 31 de dezembro 2022) e R\$ 362.682 da base negativa de contribuição social (R\$ 575.301 em 31 de dezembro 2022).

22. Receita líquida

Política contábil

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	825.621	934.675	1.373.599	1.443.664
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.907)	(1.946)	(4.885)	(2.040)
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(185.036)	(215.555)	(239.501)	(254.241)
	637.678	717.174	1.129.213	1.187.383

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30.

23. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(520.514)	(556.799)	(838.412)	(815.442)
Despesas com vendas	(51.078)	(54.963)	(115.423)	(108.640)
Despesas gerais e administrativas	(37.795)	(47.914)	(83.119)	(90.050)
Remuneração da Administração	(11.022)	(11.148)	(13.644)	(12.597)
	(620.409)	(670.824)	(1.050.598)	(1.026.729)
Matéria-prima consumida	(370.648)	(406.496)	(618.093)	(580.454)
Despesas com pessoal e encargos	(118.052)	(120.563)	(174.890)	(158.036)
Materiais, energia elétrica e serviços	(49.253)	(51.484)	(64.673)	(62.031)
Serviços de terceiros	(15.757)	(22.484)	(56.396)	(56.631)
Depreciação e amortização	(16.783)	(14.283)	(29.582)	(22.222)
Comissões sobre vendas	(14.860)	(18.681)	(24.892)	(25.266)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(17.512)	(18.126)
Aluguel de bens móveis	(9.774)	(10.999)	(12.071)	(11.269)
Gastos de paradas	(1)	(64)	(8.023)	(1.402)
Despesas com viagens	(5.539)	(4.520)	(8.774)	(7.096)
Despesas com material e serviços de informática	(3.983)	(3.702)	(7.987)	(6.846)
Propaganda e publicidade	(2.078)	(1.131)	(2.447)	(1.947)
Contribuição para entidades de classe	(121)	(94)	(334)	(603)
Impostos e taxas	(2.943)	(3.393)	(4.033)	(4.169)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.222)	(2.036)	(11.962)	(2.076)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(874)	560	(4.656)	(213)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Perda estimada para redução ao valor recuperável (i)	-	-	4.657	-
Substituição de produto avariado	(614)	(1.257)	(718)	(1.376)
Garantia de qualidade	(4.421)	(7.747)	(6.537)	(8.064)
Auxílio moradia	-	(11)	-	(11)
Outras	(1.486)	(2.439)	(1.675)	(58.891)
	(620.409)	(670.824)	(1.050.598)	(1.026.729)

(i) Reversão da provisão de *impairment*, conforme depreciação de bens provisionados

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado (i)	365	71	365	18.445
Aluguéis	-	-	583	579
Recuperação de tributos	351	3.117	2.598	8.682
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	12.223	18.708
Outras (iii)	9.434	648	11.823	3.641
	10.150	3.836	27.592	50.055
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	990	2.916	98	1.889
Provisão para benefício pós-emprego	(3.162)	(3.191)	(6.412)	(7.326)
Recuperação Ambiental	-	-	(82)	(127)
Impostos e taxas	(85)	(122)	(210)	(511)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(2.856)	(962)	(4.158)	(1.929)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(315)	(2.252)	(968)	(6.139)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(979)	(742)	(2.134)	(2.277)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	47
Amortização PPA (iv)	-	-	(8.070)	-
Outras	(6.123)	(8.026)	(9.375)	(17.732)
	(12.530)	(12.379)	(31.311)	(34.105)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.380)	(8.543)	(3.719)	15.950

- (i) Leilão do imóvel da Precon Goiás e da unidade de Frederico Westphalen da Tégula constantes no Plano de Recuperação Judicial;
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia;
- (iii) Venda de créditos compulsórios da Eletrobrás;
- (iv) Amortização bruta de mais valia (PPA) relativo a aquisição da Confibra;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Resultado financeiro

Política contábil

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos (i)	(5.593)	(1.279)	(10.417)	(1.279)
Juros sobre mútuo	(3.070)	(3.256)	-	-
Juros passivos (ii)	(2.797)	(2.284)	(4.262)	(8.202)
Despesas bancárias	(2.132)	(2.881)	(3.957)	(4.505)
Descontos concedidos	(136)	(21)	(1.482)	(1.995)
IOF	(374)	(429)	(460)	(668)
Variações monetárias passivas	-	-	-	(48)
PIS e COFINS	-	-	-	(10)
Outras	(345)	(188)	(2.908)	(3.444)
	(14.447)	(10.338)	(23.486)	(20.151)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras				
- incluindo certificado de depósitos bancários	-	-	4.456	14.894
Descontos obtidos	62	186	103	222
Juros ativos	1.128	1.288	1.380	1.250
Variações monetárias ativas (iii)	4.320	417	5.763	5.237
Líquido de variações cambiais (iv)	510	61	(212)	(13.060)
Outras	-	2	62	8
	6.020	1.954	11.552	8.551
Resultado financeiro líquido	(8.427)	(8.384)	(11.934)	(11.600)

- (i) Juros decorrentes da contratação de empréstimos.
(ii) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos.
(iii) As variações monetárias ativas são referentes a correção (SELIC) dos depósitos judiciais e saldo negativo de IRPJ e CSLL.
(iv) Variação cambial sobre recebíveis e fornecedores em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando sistemas construtivos e a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Crisotila	Mercado externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	743.462	-	18.768	2.737	-	764.967
Mercado Externo	-	364.246	-	-	-	364.246
	743.462	364.246	18.768	2.737	-	1.129.213
Custo dos produtos vendidos	(604.339)	(209.028)	(15.246)	(9.799)	-	(838.412)
Lucro bruto	139.123	155.218	3.522	(7.062)	-	290.801
Receitas (despesas) operacionais	(122.555)	(82.710)	(6.081)	(4.559)	-	(215.905)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	16.568	72.508	(2.559)	(11.621)	-	74.896
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	637.772	188.813	-	-	-	826.585
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.041	-	-	6.041
Investimento no exercício	37.938	22.777	2.977	138.065	-	201.757
Depreciação e amortização	(36.722)	-	(638)	(292)	-	(37.652)
Ativo total	1.547.581	343.186	43.498	368.303	(989.239)	1.313.329
Passivo total	660.367	235.737	81.603	302.197	(737.971)	541.933
Patrimônio líquido	887.214	107.449	(38.105)	66.106	(251.268)	771.396
	31/12/2022					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	781.140	-	21.725	11.358	-	814.223
Mercado Externo	-	373.160	-	-	-	373.160
	781.140	373.160	21.725	11.358	-	1.187.383
Custo dos produtos vendidos	(582.316)	(194.769)	(19.300)	(19.057)	-	(815.442)
Lucro/prejuízo bruto	198.824	178.391	2.425	(7.699)	-	371.941
(Despesas) Receitas	(108.034)	(76.178)	(10.102)	(1.023)	-	(195.337)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2022					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total Consolidado
operacionais						
Resultado operacional antes do resultado financeiro	90.790	102.213	(7.677)	(8.722)	-	176.604
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	664.364	194.060	-	-	-	858.424
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.906	-	-	8.906
Investimento no exercício	45.812	5.886	6.553	31.151		89.402
Depreciação e amortização	(21.424)	(2)	(796)	-	-	(22.222)
Ativo total	1.348.550	289.025	51.730	358.350	(825.389)	1.222.266
Passivo total	520.383	186.341	76.659	323.400	(560.706)	546.077
Patrimônio líquido	828.167	102.684	(24.929)	34.950	(264.683)	676.189

- (i) Contemplam telhas de fibrocimento, inclusive Confibra, fibra de polipropileno e sistemas construtivos.
- (ii) Operação para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518;
- (iii) Contempla telha de concreto produzida pela controlada Tégula;
- (iv) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos, de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais e das vendas das telhas solares.

27. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em agosto de 2024, renovados a partir de julho de 2023.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, importações, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 350.738
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Instrumentos financeiros

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir);
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro líquido” (Nota Explicativa nº 25).

ii. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

a) Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

b) Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

d) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

e) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.948	3.485	11.131	36.852
Aplicações financeiras	-	-	5.408	75.617
Contas a receber	58.705	68.499	179.857	227.705
Partes relacionadas	260.239	263.727	-	-
Total dos ativos financeiros	322.892	335.711	196.396	340.174
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(28.450)	(27.769)	(75.981)	(65.116)
Empréstimos e financiamentos	(33.275)	(30.993)	(142.297)	(84.591)
Partes relacionadas	(55.202)	(74.738)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	16.234	(15.947)
Outros passivos	(21.758)	(60.985)	(49.559)	(104.233)
Total passivos financeiros	(138.685)	(194.485)	(251.603)	(269.887)

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações da Companhia. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira da Companhia.

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro da Companhia.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada, cujo objetivo é a manutenção do preço em reais negociado na venda por ocasião do recebimento. A Administração estabelece princípios para gestão de risco cambial, podendo fazer o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Atualmente o Grupo utiliza instrumentos financeiros não derivativos do tipo Trava de Câmbio para proteger seu risco cambial atrelado ao contas a receber em moeda estrangeira, a maioria com vencimento inferior a 90 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023 (US\$1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	112.013	132.565	4,8407 \$
(-) Travas cambiais	(22.947)	-	
(=) Líquido clientes no mercado externo	89.066	-	
Fornecedores no mercado externo	(1.194)	(2.675)	4,8413 \$
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	(68.165)	(20.139)	
Total da exposição cambial	19.707	109.751	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		4,8407	2,4204	3,6305	6,0509	7,2611
Clientes no mercado externo	USD	89.066	(44.533)	(22.266)	22.266	44.533
Fornecedores no mercado externo	USD	4,8413	2,4207	3,6310	6,0516	7,2620
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	USD	(1.194)	597	299	(299)	(597)
		4,8413	2,4207	3,6310	6,0516	7,2620
Total das exposições		19.707	(9.854)	(4.927)	4.927	9.854

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro fluando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	-	5.408	75.617
Empréstimos e financiamentos	(33.275)	(30.993)	(142.297)	(84.591)
(+) Empréstimos com taxa pré-fixada			29.523	-
(=) Líquido empréstimos e financiamentos			(112.774)	
Total da exposição à taxa de juros	(33.275)	(30.993)	(107.366)	(8.974)

Administração da Companhia avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro 2023, foram definidos quatro cenários diferentes.

Aplicações financeiras Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2023	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	13,44%	6,72%	10,08%	16,80%	20,16%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)		5.408	(363)	(182)	182	363
Total		5.408	(363)	(182)	182	363

Empréstimos Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2023	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	13,44%	6,72%	10,08%	16,80%	20,16%
Empréstimos e financiamentos		(112.774)	7.578	3.789	(3.789)	(7.578)
Total		(112.774)	7.578	3.789	(3.789)	(7.578)

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 6.818, junto ao Banco Daycoval S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado em 16 de janeiro de 2023;
- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 374, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (v) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (vi) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06 de maio de 2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 58.000;
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$ 680, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.054, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (ix) Fiança Bancária, no montante de R\$ 327, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 30 de janeiro de 2024;
- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 847, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, ATMO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA., com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024;
- (xi) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xii) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;
- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609-83.2021.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (xiv) Seguro Garantia no montante de R\$ 7.265, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Ação Anulatória n° 5104951-09.2022.8.09.0051, promovida contra FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS pelo tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO, com vigência de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2028;
- (xv) Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) no Banco Daycoval de R\$ 12.000 para assegurar a operação de FINAME junto ao banco;
- (xvi) Os veículos resultantes do CCE no Banco Sofisa no valor de R\$ 11.334 estão em garantia junto ao banco para assegurar a operação.

29. Subvenções governamentais

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” e “outras receitas (despesas) operacionais” durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

A Companhia e suas controladas possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 22.123 (R\$ 31.314 em 31 de dezembro de 2022), conforme descrito a seguir:

- (i) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve movimentação;
- (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor do benefício totalizou R\$ 4.208 (R\$ 5.761 em 31 de dezembro de 2022);
- (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor do benefício totalizou R\$ 4.219 (R\$ 6.846 em 31 de dezembro de 2022);
- (iv) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Estímulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$ 9.169 foi utilizado (R\$ 11.825 em 31 de dezembro de 2022);
- (v) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$ 4.527 foi utilizado (R\$ 6.882 em 31 de dezembro de 2022).

30. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Compensação Dividendos x Mútuo	(6.350)	(13.246)
Compensação Dividendos x Fornecedor partes relacionadas	(30.043)	(11.866)
Imposto de renda retido sobre mútuo	-	(238)
	<u>(36.393)</u>	<u>(25.350)</u>

31. Provisão para benefício pós-emprego

Política contábil

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida;
- Remensuração.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido;
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a uma perda atuarial de R\$ 2.571 na controladora e uma perda atuarial de R\$ 2.449 no consolidado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Taxa esperada de inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de desconto	9,46% a.a. Sama (Alimentação)	10,15% a.a. Sama (Alimentação)
	9,52% a.a. Sama (Saúde)	10,19% a.a. Sama (Saúde)
	9,52% a.a. Eternit	10,19% a.a. Eternit
Aging fator	1,50% a.a.	1,50% a.a.
Taxa real de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Rotatividade	NA	NA
Crescimento real do benefício	Inflação	Inflação

v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	3.227	3.191	6.927	6.947
Não circulante	29.970	29.399	61.119	61.241
	<u>33.197</u>	<u>32.590</u>	<u>68.046</u>	<u>68.188</u>

a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2022:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	32.590	39.868	68.188	81.624
Custo dos juros e serviços do exercício	3.162	3.920	6.593	(4.939)
Benefícios pagos	(5.125)	(4.387)	(9.185)	(8.497)
Ajustes de experiência (*)	2.570	(6.811)	2.450	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	<u>33.197</u>	<u>32.590</u>	<u>68.046</u>	<u>68.188</u>

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

<u>Controladora</u>	<u>Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas</u>		
	<u>Real</u>	<u>Aumento (0,5%)</u>	<u>Redução (0,5%)</u>
Impacto na obrigação com benefício líquida	33.197	(607)	607
Variação		<u>-1,83%</u>	<u>1,83%</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas</u>		
	<u>Real</u>	<u>Aumento (0,5%)</u>	<u>Redução (0,5%)</u>
Impacto na obrigação com benefício líquida	68.046	142	(142)
Variação		<u>0,21%</u>	<u>-0,21%</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- b) Os pagamentos a seguir apresentados foram projetado para os próximos 15 anos e representam as contribuições esperadas futura a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dentro dos próximos 12 meses	3.227	3.191	6.927	7.070
Entre 2 e 5 anos	10.880	10.704	22.858	22.982
Após 5 anos	9.327	14.425	19.066	29.352
	<u>23.434</u>	<u>28.320</u>	<u>48.851</u>	<u>59.404</u>

32. Provisão desmobilização da mina

Política contábil

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente dos desembolsos esperados		
2024	3.004	2.551
2025	3.132	2.659
2026 a 2032	5.620	4.772
	<u>11.756</u>	<u>9.982</u>

A estimativa da recuperação ambiental da Mina de Cana Brava ocorrerá entre 2024 e 2032.

Com base nas melhores informações, premissas e estimativas até a presente data, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, e complementou a provisão de custo da desmobilização da Mina em R\$ 5.845, considerando uma produção anual de cerca de 200 mil toneladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33. Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, a Companhia iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2023, não houve movimentações.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

34. Evento Subsequente

Incorporação Confibra Indústria e Comércio LTDA

Em 20 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da controlada integral Confibra pela controladora Eternit S.A.

Lei Ordinária 14.789/2023

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Dessa forma, a Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Empréstimo Banco Fibra

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia tomou empréstimo junto ao Banco Fibra no valor de R\$ 16.860, com vencimento em 09/02/2028. A estrutura de juros para a dívida foi de juros fixos de 0,43% a.m., equivalente a 5,28% a.a., mais índice pós-fixado de 100% do CDI, com carência do principal de 06 meses. Os recursos captados são destinados a aquisição de caminhões da controlada Sama.

Pagamento de Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 27 de fevereiro de 2024 pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2023, no montante de R\$ 10,1 milhões, correspondente ao valor de R\$ 0,163 por ação ordinária. O pagamento de proventos aos acionistas será realizado em 27/12/2024 sem atualização monetária.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO 2023



ÍNDICE

1.	SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO	1
2.	COMPOSIÇÃO	1
3.	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES	2
4.	REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2023	3
5.	AVALIAÇÃO DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES	10
6.	RESUMO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA, RISCOS E CONTROLES INTERNOS REALIZADOS EM 2023	10
7.	POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS	11
8.	AUDITORIA EXTERNA	11
9.	REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
10.	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ	11
11.	PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024	12
12.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	12

1. SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O presente Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da Eternit S.A – em Recuperação Judicial ("Eternit" ou "Companhia"), é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração ("Conselho"), não estatutário, com autonomia operacional e orçamento próprio e tem o seu funcionamento disciplinado pelas disposições contidas no próprio Regimento Interno do Comitê ("Regimento") e do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto").

Seu Regimento foi objeto de deliberação pelo Conselho da Eternit em reunião realizada em 08 de novembro de 2022 e está disponível no website de Relações com Investidores da Eternit (ri.eternit.com.br), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores.

Antes do seu Regimento ser aprovado pelo Conselho, a Companhia possuía instalado um Comitê Financeiro, Auditoria & Riscos que dentro de suas atribuições assessorava o Conselho no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações contábeis, nos controles internos e no gerenciamento de riscos e compliance.

2. COMPOSIÇÃO

De acordo com o Regimento, o Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida reeleição, sendo que: (i) ao menos 1 (um) dos seus membros deverá ser conselheiro independente, conforme critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento"); (ii) ao menos 2 (dois) membros devem ser conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (iii) ao menos 1 (um) membro nomeado pelo Conselho com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria nos termos da regulamentação editada pela CVM ("Membro Especialista") e do Regulamento, que poderá ser acumulada por um mesmo membro do Comitê.

É vedada a participação como membros do Comitê, de diretores da Companhia, de diretores de controladas, do acionista controlador da Companhia e de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Atualmente, o Comitê é composto de 3 (três) membros, os quais foram eleitos na reunião do Conselho realizada em 08 de maio de 2018 (sendo reeleito), 13 de dezembro de 2022 e 27 de abril de 2023, sendo: (i) 2 (dois) conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (ii) 1 (um) membro eleito pelo Conselho na função de Membro Especialista, ou seja, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Atualmente, são membros do Comitê: Louise Barsi (Coordenadora do Comitê e Conselheira), Richard Doern (Conselheiro) e Rogério Pires Bretas (Especialista em assuntos de contabilidade e finanças).

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Comitê tem como principal objetivo monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e a adequação dos processos relativos à gestão de riscos as atividades da auditoria interna e auditoria independente da Companhia.

As análises do Comitê são baseadas nas informações recebidas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Independente e pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos.

As competências do Comitê são elencadas no seu Regimento e são desempenhadas em conformidade com as exigências contidas na regulamentação da CVM, no Regulamento do Novo Mercado da B3, nas recomendações do Manual de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC") e no Estatuto Social da Companhia, as quais destacam-se abaixo:

- Asegurar a presença dos executivos da Companhia nas reuniões, conforme requisitado pelo Comitê;
- Ter acesso irrestrito aos membros da diretoria executiva, aos colaboradores e às informações relevantes;
- Estabelecer procedimentos para monitorar as denúncias recebidas pela Companhia com relação à contabilidade, aos controles internos ou aos assuntos de auditoria, garantindo o anonimato;
- Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações contábeis intermediárias (ITR) e demonstrações contábeis (DFP);
- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia;
- Avaliar e submeter ao Conselho a sua avaliação a respeito da eficácia da função da auditoria interna, riscos e controles internos, bem como participar do processo de nomeação do responsável pelo respectivo departamento;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- Avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e
- Avaliar por meio da recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

4. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2023

O Comitê possui Plano de Trabalho definido anualmente para o adequado planejamento e execução de suas responsabilidades. Nesse sentido, o Comitê reuniu-se com a Administração 12 (doze) vezes no exercício social de 2023.

Entre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Reunião Realizada em 13 de janeiro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Resumo dos trabalhos realizados pela área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos ao longo do exercício social de 2022	Monitorar a efetividade do trabalho realizado no exercício social de 2022, reportando ao Conselho a sua evolução.
Frente tributária	(i) Monitorar os riscos tributários do Grupo; (ii) Avaliar a eficiência tributária do Grupo; (iii) Opinar sobre iniciativas de planejamento tributário proposta pela Administração; (iv) Reportar ao Conselho o andamento da situação tributária do Grupo, inclusive riscos identificados;
Proposta do Plano de Trabalho de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos para o exercício social de 2023	(i) Avaliar as atividades propostas no plano de trabalho de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos para o exercício social de 2023; (ii) Opinar sobre a referida proposta; (iii) Aprovar a referida proposta; (iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;

Reunião Realizada em 13 de fevereiro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Demonstrações Contábeis (DFP) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 31/12/2022	i. (i) Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis

	<p>implementadas no Brasil;</p> <p>(ii) Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente;</p> <p>(iii) Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;</p>
Proposta da Administração de destinação dos lucros da Companhia referentes ao exercício social findado em 31/12/2022	<p>(i) Avaliar a proposta elaborada pela Administração quanto à destinação dos lucros da Companhia auferidos no exercício social de 2022;</p> <p>(ii) Opinar sobre a referida proposta;</p> <p>(iii) Aprovar a referida proposta;</p> <p>(iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;</p>
Proposta para Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("AGOE") relativo ao exercício social de 2023	<p>(i) Avaliar a proposta elaborada pela Administração para a instalação da AGOE;</p> <p>(ii) Opinar sobre a referida proposta;</p> <p>(iii) Aprovar a referida proposta;</p> <p>(iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;</p>

Reunião Realizada em 10 de março de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Atualização do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	Monitorar a efetividade do trabalho realizado no decorrer de 2023, reportando ao Conselho a sua evolução.
Frente tributária	<p>(i) Monitorar os riscos tributários do Grupo;</p> <p>(ii) Avaliar a eficiência tributária do Grupo;</p> <p>(iii) Opinar sobre iniciativas de planejamento tributário proposta pela Administração;</p> <p>(iv) Reportar ao Conselho o andamento da situação tributária do Grupo, inclusive riscos identificados;</p>

Resultado da auditoria interna da PLR de 2022	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar o relatório emitido pela auditoria interna; (ii) Opinar sobre o referido relatório; (iii) Aprovar o referido relatório; (iv) Recomendar o referido relatório ao Conselho;
---	--

Reunião Realizada em 14 de abril de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Reestruturação Societária através de incorporação de controladas	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar a proposta apresentada pela Administração de simplificação da estrutura societária do Grupo Eternit por meio de incorporação de controladas; (ii) Opinar sobre a referida proposta; (iii) Aprovar a referida proposta; (iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;

Reunião Realizada em 08 de maio de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao 1º trimestre de 2023	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil; (ii) Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente; (iii) Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;
Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP") referentes aos resultados do 1T23	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar a proposta elaborada pela Administração quanto à declaração e pagamento de JCP nos termos da política de Dividendos e JCP;

	<ul style="list-style-type: none"> (ii) Opinar sobre a referida proposta; (iii) Aprovar a referida proposta; (iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;
--	--

Reunião Realizada em 13 de junho de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
<p>Carta de Controles Internos emitida pela BDO Auditores relativo ao exercício social de 2022</p>	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar o documento emitido pelos auditores independentes; (ii) Discutir com os auditores independentes e com a Administração da Companhia o conteúdo do documento; (iii) Avaliar a proposta da Administração de ações de melhorias para mitigar e ou eliminar os riscos identificados no processo de auditoria de controles internos incluídos na referida carta; (iv) Opinar sobre o documento emitido pelos auditores independentes; (v) Opinar sobre a proposta de ações de melhorias elaborada pela Administração; (vi) Aprovar a referida proposta; (vii) Reportar o conteúdo do documento emitido pelos auditores independentes ao Conselho; (viii) Recomendar a proposta de ações de melhorias elaborada pela Administração ao Conselho;
<p>Frente tributária</p>	<ul style="list-style-type: none"> (i) Monitorar os riscos tributários do Grupo; (ii) Avaliar a eficiência tributária do Grupo; (iii) Opinar sobre iniciativas de planejamento tributário proposta pela Administração; (iv) Reportar ao Conselho o andamento da situação tributária do Grupo, inclusive riscos identificados;

Alteração do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Interno	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar a proposta de alteração das atividades do plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos; (ii) Opinar sobre a referida proposta; (iii) Aprovar a referida proposta; (iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;
---	--

Reunião Realizada em 14 de julho de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Matriz de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar o material elaborado pela área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos relativo aos riscos da Companhia classificados como altos; (ii) Discutir com a área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos um plano de ação para mitigar e ou eliminar os riscos classificados como altos; (iii) Reportar ao Conselho de Administração o conteúdo do material elaborado pela área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos, assim como, o referido plano de ação;

Reunião Realizada em 08 de agosto de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao 2º trimestre de 2023	<ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil; (ii) Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente; (iii) Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;

Reunião Realizada em 15 de setembro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Frente tributária	(i) Monitorar os riscos tributários do Grupo; (ii) Avaliar a eficiência tributária do Grupo; (iii) Opinar sobre iniciativas de planejamento tributário proposta pela Administração; (iv) Reportar ao Conselho o andamento da situação tributária do Grupo, inclusive riscos identificados;
Atualização do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	Monitorar a efetividade do trabalho realizado no decorrer de 2023, reportando ao Conselho a sua evolução.

Reunião Realizada em 20 de outubro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Contas a Receber, Estoques e Política de Cobrança	(i) Avaliar os riscos da carteira de clientes da Companhia; (ii) Avaliar juntamente com a Administração da Companhia a política interna de cobrança; (iii) Avaliar juntamente com a Administração da Companhia as políticas de Gestão de Inventário e de Obsoletos; (iv) Informar os resultados obtidos na avaliação das referidas políticas e a sua evolução ao Conselho;

Reunião Realizada em 06 de novembro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao 3º trimestre de 2023	(i) Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil;

	<p>(ii) Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente;</p> <p>(iii) Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;</p>
Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP") referentes aos resultados do 3T23	<p>(i) Avaliar a proposta elaborada pela Administração quanto à declaração e pagamento de JCP nos termos da política de Dividendos e JCP;</p> <p>(ii) Opinar sobre a referida proposta;</p> <p>(iii) Aprovar a referida proposta;</p> <p>(iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;</p>

Reunião Realizada em 15 de dezembro de 2023	
Ordem do Dia	Função Relacionada
Atualização do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	Monitorar a efetividade do trabalho realizado no decorrer de 2023, reportando ao Conselho a sua evolução.
Frente Tributária	<p>(i) Monitorar os riscos tributários do Grupo;</p> <p>(ii) Avaliar a eficiência tributária do Grupo;</p> <p>(iii) Opinar sobre iniciativas de planejamento tributário proposta pela Administração;</p> <p>(iv) Reportar ao Conselho o andamento da situação tributária do Grupo, inclusive riscos identificados;</p>
Alteração do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	<p>(i) Avaliar a proposta de alteração das atividades do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos;</p> <p>(ii) Opinar sobre a referida proposta;</p> <p>(iii) Aprovar a referida proposta;</p> <p>(iv) Recomendar a referida proposta ao Conselho;</p>

5. AVALIAÇÕES DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES

A área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos da Companhia apresentou ao Comitê o Plano de Trabalho para o exercício de 2023 em reunião realizada em 13 de janeiro de 2023, na qual foi aprovado, conforme quadro abaixo.

Proposta de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos - 2023	
Processo	Unidade
1. PLR 2022 2. Mapeamento dos Riscos Operacionais 3. Jornada de Trabalho	Sede-SP e Unidades industriais Sede-SP Sede-SP e Unidades industriais

Em reuniões realizadas com a Administração, o Comitê no dia 13 de junho e 15 de dezembro de 2023, aprovou alterações do escopo dos trabalhos da equipe de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos para o exercício social de 2023, conforme quadro abaixo.

Proposta de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos – 2023 (ATUALIZADA)	
Processo	Unidade
1. PLR 2022 2. Atualização das Normas Administrativas da Companhia	Sede-SP e Unidades industriais Sede-SP e Unidades industriais

6. RESUMO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA, RISCOS E CONTROLES INTERNOS REALIZADOS EM 2023

Em 2023 foi realizada auditoria do processo de Participação do Lucro e Resultado ("PLR") dos colaboradores, Diretores e Conselheiros da Companhia, referente as metas aprovadas para o ano de 2022.

No escopo de controles internos, houve à atualização/modernização das Normas Administrativas (NA's) da Companhia, a área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos, com o apoio das áreas operacionais e corporativas revisou e atualizou 47 documentos (procedimentos e instruções de trabalho).

Além disso, novas Normas Administrativas foram criadas com o intuito de aprimorar os processos vigentes da Companhia, somando 9 documentos, (procedimentos e instruções de trabalho).

7. POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS

No exercício social de 2023 o Comitê não recomendou nenhuma nova política e ou aprimoramento de políticas existentes.

8. AUDITORIA EXTERNA

O Comitê se reuniu a cada trimestre com a BDO, a fim de: (i) se informar sobre o andamento dos trabalhos das revisões das demonstrações contábeis do exercício social de 2023; (ii) acompanhar as atividades de auditoria externa; e (iii) avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

9. REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, exercendo funções consultivas e de assessoramento no que diz respeito ao controle sobre a qualidade das demonstrações contábeis e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. A função de seus membros é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

10. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ

O Regimento do Comitê, em seu artigo 17, e o Regulamento, no artigo 18 e parágrafos, exige que a Companhia deve estruturar e divulgar um processo de avaliação do Comitê, a ser realizada, ao menos, uma vez durante a vigência de seu mandato. Tal avaliação constitui etapa fundamental para garantir a autonomia e efetividade do Comitê, permitindo seu fortalecimento e o aperfeiçoamento da governança corporativa da Companhia.

De acordo com o Regimento, cabe ao Conselho de Administração a avaliação do desempenho do Comitê que, para tal atribuição faz-se uso de uma ferramenta de mercado.

A avaliação de desempenho anual do Comitê relativo ao exercício social de 2023 será realizada no mês de março de 2024, tendo seus resultados analisados e discutidos no âmbito do Conselho de Administração no mesmo período.

11. PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

O Comitê terá 12 reuniões ordinárias no exercício de 2024, as quais terão como Ordem do Dia as atribuições legais e regimentais elencadas neste Relatório no item "Atribuições e Responsabilidades", sem prejuízos a eventuais encontros extraordinários em que se faça necessário a atuação do Comitê.

Nesse sentido, segue abaixo o Plano de Trabalho de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos para o exercício de 2024 analisado e aprovado pelo Comitê em reunião realizada em 12 de janeiro de 2024.

Proposta de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	
Processo	Unidade
1. PLR 2023	Sede-SP e Unidades industriais
2. Atualização da matriz de riscos	Sede-SP e Unidades industriais
3. Jornada de trabalho	Sede-SP e Unidades industriais

12. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2023"), *ad referendum* ao Conselho de Administração da Companhia.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados quanto as Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do Lucro Líquido, o Orçamento de Capital bem como o Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

Louise Barsi
Coordenadora

Rogério Pires Bretas
Membro Especialista

Richard Doern

Conselho de Administração

Fausto de Andrade Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração

Louise Barsi

Richard Doern

Marcelo Munhoz Auricchio

Luis Augusto Barcelos Barbosa

Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Coordenador

Wilfredo João Vicente Gomes

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira Andrade - Presidente da Diretoria

Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann

Rodrigo Angelo Inácio

José Ricardo Reichert

Contador

Anderson Tadeu Rebeque - Gerente de Contabilidade/RI

CRC nº 1SP 289263/O-0

Audidores Independentes: BDO RCS Auditores Independentes

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador

CRC nº 1 SP 181015/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A. - Em recuperação judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eternit S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eternit S.A - Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de valor recuperável do ativo intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

A Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos do ativo intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundo de combinação de negócios da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na Notas Explicativas nº 7 e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Discussão com a Administração e o Departamento Jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;
- Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas;
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

ETERNIT S.A.
em Recuperação Judicial
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Conselho Fiscal considera que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

Paulo Henrique Z. Funchal
Fróes

Eurico dos Reis Rodrigues

Daniel André Stieler

ETERNIT S.A.
em Recuperação Judicial
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Não Estatutário da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições regimentais, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Comitê de Auditoria Não Estatutário considera que os referidos documentos podem ser apreciados pelo Conselho de Administração, na forma apresentada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

Louise Barsi

Rogério Pires Bretas

Richard Doern